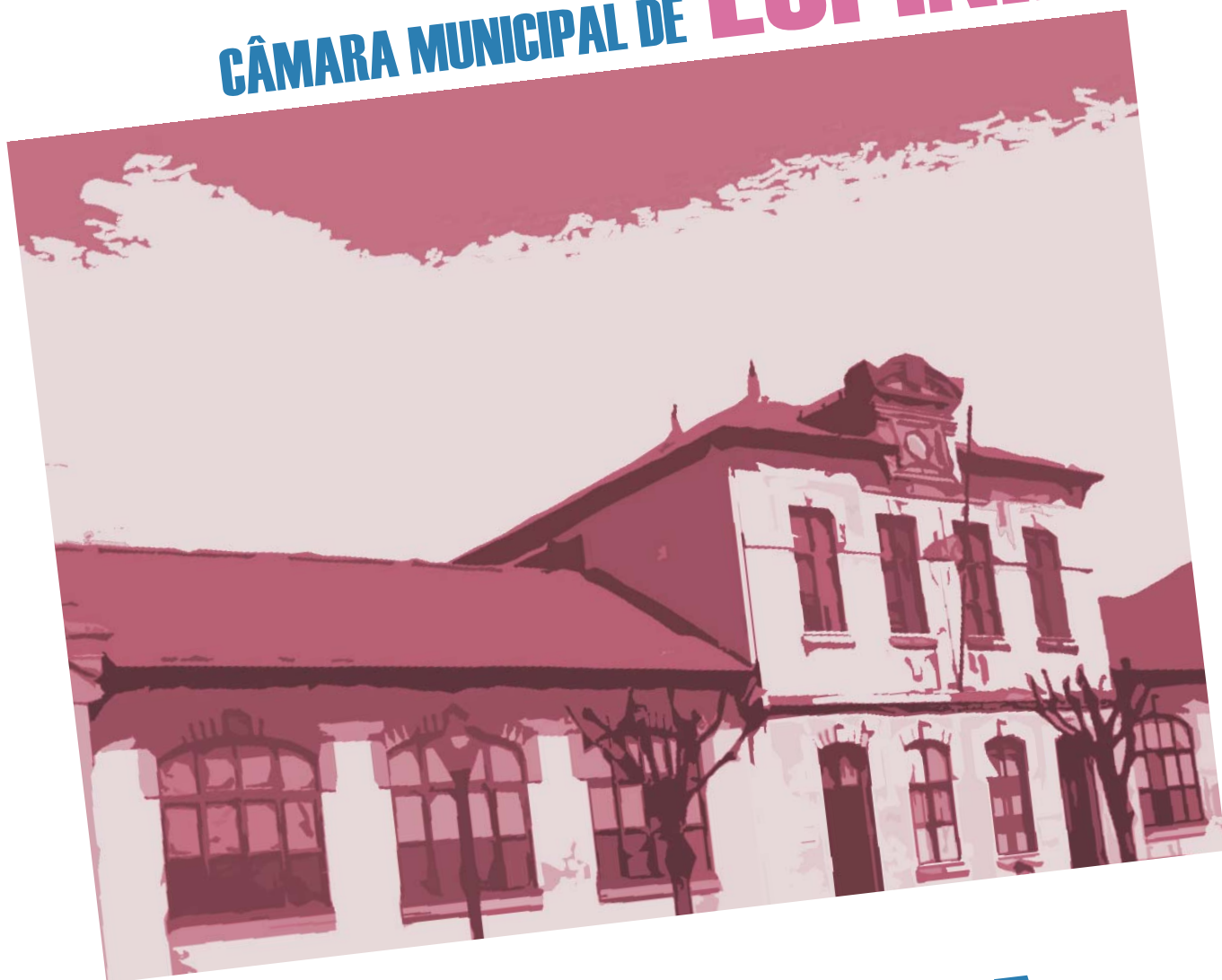


CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO



**CARTA EDUCATIVA
DO CONCELHO DE ESPINHO**

QUADRO ESTRATÉGICO

VOLUME II / SETEMBRO 2007

ÍNDICE

ÍNDICE

VOLUME II – QUADRO ESTRATÉGICO

ÍNDICE	1
I - ENQUADRAMENTO GERAL	3
II - EVOLUÇÃO DA TIPOLOGIA DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES	6
III - DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS	11
III.1. - QUADRO EVOLUTIVO DO NÚMERO DE ALUNOS NO CONCELHO	11
III.2. - SÍNTESE DA SITUAÇÃO EDUCATIVA	14
III.3. - REDE ESCOLAR E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	27
IV - EIXOS DE INTERVENÇÃO	32
EIXO 1. REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR	33
EIXO 2. PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO E DA QUALIDADE DO ENSINO	54
EIXO 3. PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA	59
EIXO 4. MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA	62

ÍNDICE DE TABELAS

	página
Tabela nº 1 - Projecção da População Residente em Idade Escolar, por Ciclo de Ensino, no Concelho de Espinho (2010 – 2020).....	12
Tabela nº 2 – Variação dos Alunos por Ciclos e das Crianças do Pré-Escolar (2002/03 a 2007/08)	12
Tabela nº 3 – Projecção da População Escolar por Ciclo, no Concelho de Espinho, (2008/09 a 2011-12).....	13
Tabela nº 4 – Reorganização da Rede de Educação Pré-Escolar	35
Tabela nº 5 – Reorganização da Rede do 1º CEB	36
Tabela nº 6 – Reorganização da Rede Escolar Pública	37
Tabela nº 7 – Estimativa de Custos Elegíveis para Construção de Centros Escolares	38
Tabela nº 8 – Estimativa de Custos Elegíveis para Remodelação de Instalações de Escolas	39
Tabela nº 9 – Prioridades da Medida 1.1	41
Tabela nº 10 - Prioridades da Medida 1.2	42
Tabela nº 11 - Prioridades da Medida 1.3	44
Tabela nº 12 - Prioridades da Medida 1.4	46
Tabela nº 13 - Prioridades da Medida 1.5	46
Tabela nº 14 – Obras de Carácter Genérico e de Intervenção Pontual	49
Tabela nº 15 – Obras Comuns a todos os Equipamentos de Ensino	50
Tabela nº 16 – Obras Específicas	51

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Estabelecimentos de Ensino Previstos em Estudos Urbanísticos, que não se ajustam às necessidades da Remodelação da Rede Escolar	29
--	----

I. ENQUADRAMENTO GERAL

I - ENQUADRAMENTO GERAL

Decorria o ano 2000 quando, em Março, o Conselho Europeu definiu um objectivo importante, que ficou conhecido pela “Estratégia de Lisboa”: até 2010, a União Europeia (UE) deve “tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”.

Um ano depois, o mesmo Conselho, aprofundou este desígnio ao definir 3 objectivos estratégicos:

Objectivo 1: Aumentar a eficácia dos sistemas de educação e formação na UE

A educação e a formação constituem um meio privilegiado de coesão social e cultural, bem como uma vantagem económica considerável, para o reforço da competitividade e do dinamismo na Europa. (...) O reforço da qualidade no equipamento dos estabelecimentos escolares e dos institutos de formação, a par da optimização na utilização dos recursos, é também uma prioridade (...) Aumentar a qualidade dos sistemas de educação e formação significa, por último, melhorar a adequação entre os recursos e as necessidades, permitindo aos estabelecimentos escolares realizar novas parcerias com o intuito de os ajudar no seu novo papel, mais diversificado do que outrora.

Objectivo 2: Permitir o acesso de todos à educação e à formação “ao longo da vida” na UE

O modelo europeu de coesão social deve facultar a todos os cidadãos o acesso aos sistemas de educação e de formação formais ou não formais, nomeadamente a passagem de um sistema a outro (...) e desde a primeira infância á idade adulta. A abertura dos sistemas de educação e de formação, a par de um esforço para tornar estes sistemas mais atractivos ou mesmo adaptados às necessidades dos diferentes grupos em causa, pode desempenhar um papel importante para a promoção de uma cidadania activa, da igualdade de oportunidades e da coesão social duradoura.

Objectivo 3: Abrir os sistemas de educação e formação ao mundo

Este objectivo compreende, por um lado, a construção do espaço europeu de educação e formação pela mobilidade e pelo ensino das línguas estrangeiras e, por outro, o reforço das relações com o mundo do trabalho, da investigação e da sociedade civil no seu conjunto.

Um ano mais tarde, o Conselho aprovou um programa de trabalho pormenorizado para a concretização desses objectivos - "Educação e Formação para 2010" - evidenciando o facto da avaliação de políticas ter que ser melhorada, de molde a permitir um seguimento mais adequado dos progressos alcançados e instituir uma cultura de avaliação utilizando plenamente os resultados da investigação.

A Europa enfrenta fortes desafios socio-económicos e demográficos, associados nomeadamente ao envelhecimento da população, ao elevado número de adultos pouco qualificados e às elevadas taxas de desemprego juvenil. Pelo que, o desafio que a Comissão e o Conselho Europeus lançaram aos Estados-Membros e às restante autoridades regionais e locais foi de que assumissem e desenvolvessem estes objectivos concretos à luz das suas realidades específicas, o mesmo é dizer, que estabelecessem e aferissem as estratégias mais adequadas para a prossecução dos mesmos face ao contexto em presença.

Por enquanto as reformas nacionais estão a avançar, no entanto, se não forem desenvolvidos mais esforços nos domínios do abandono escolar precoce, da conclusão do ensino secundário e das competências básicas, uma parte mais significativa de jovens da próxima geração deverá enfrentar o problema da exclusão social.

Em finais de 2005 a maior parte dos Estados-Membros tinha fixado os seus próprios objectivos, ligados, em diversos graus, aos valores de referência ("benchmarks") estabelecidos para o desempenho médio europeu nos domínios da educação e da formação.

O Programa do XVII Governo Constitucional, aprovado pela Assembleia da República em Março de 2005, reconhece o enquadramento europeu como uma oportunidade única para Portugal, inscrevendo-se as propostas apresentadas para esta legislatura (2005-2009), em particular no capítulo da Educação, no quadro definido pela Estratégia de Lisboa. A agenda do Governo inclui, ainda, o lançamento de um Plano Tecnológico - que consiste num conjunto articulado de políticas e de medidas transversais, ao serviço da transformação do país, numa moderna sociedade do conhecimento e tem em vista convocar e mobilizar Portugal para responder aos novos desafios colocados pela sociedade de informação, imprimir um novo impulso à inovação empresarial, vencer o atraso científico e tecnológico e qualificar os recursos humanos - e aponta como principais metas a atingir até 2009 as seguintes:

- Reduzir para metade o insucesso escolar nos ensinos básico e secundário;
- Duplicar a frequência de jovens em cursos tecnológicos e profissionais de nível secundário;
- Tornar obrigatório o ensino experimental das ciências em todo o ensino básico;
- Generalizar o ensino do inglês desde o primeiro ciclo do ensino básico;
- Tornar obrigatória a frequência de ensino ou formação profissional para todos os jovens até aos 18 anos;
- Relançar a aplicação da "cláusula de formação para jovens" e do "mínimo anual de formação";
- Aumentar o número de diplomados e formações avançadas do ensino superior.

É neste contexto que se desenvolve a Carta Educativa de Espinho, entendida como um documento que, por um lado, explicita o quadro de intervenção municipal mas por outro se integra numa estratégia a uma escala mais ampla.

II. EVOLUÇÃO DA TIPOLOGIA DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES

II - EVOLUÇÃO DA TIPOLOGIA DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES

A escola foi inventada há 200 anos, e a sua curta história pode ser contada por um constante acumular de competências e conteúdos.

No início era a instrução, as disciplinas, o programa mínimo, quase minimalista, mas, a pouco e pouco, foi-se juntando a educação, a formação, o desenvolvimento pessoal e moral, a educação para a cidadania, para a saúde e para a sexualidade, para a prevenção do tabagismo e da toxicodependência, para a defesa do ambiente e do património, integrando todos os conteúdos possíveis e imagináveis, e todas as competências, que não eram possíveis de implementar noutras envolventes sociais. Tudo se transportou para dentro da escola.

A escola obrigatória e acessível a todos durante a primeira década da vida, através da pré-escola e do ensino básico, é uma mais valia relativamente recente, já que, há não muito tempo, era comum e aceite que as crianças contribuíssem desde muito cedo para o sustento das famílias. Em muitos países, a organização do sistema de ensino não começou pela organização da escola básica, como hoje a conhecemos, mas pela criação de Universidades, na Idade Média, que ainda hoje são conhecidas como o último nível da escolarização e da aprendizagem especializada.

Foi necessário chegar aos finais do século XVII para ver estruturado o ensino primário sob responsabilidade do estado e com professores pagos pelo governo. Por acção do Marquês do Pombal, Portugal foi pioneiro na Europa na organização do sistema de ensino básico e do ensino técnico, industrial e comercial.

Todavia, o ensino de então estava ainda muito longe dos padrões de hoje: só alguns estratos da população tinham acesso à escola e a maior parte permanecia analfabeta; não havia a noção de que o ensino de crianças devesse ser ministrado em locais para o efeito, adequados à sua idade e, por isso, a “escola” era, geralmente, em casa do professor, em salas de antigos conventos ou em casas, ou partes delas, alugadas. Só no século XIX é que são construídos os primeiros edifícios escolares de raiz e promulgadas as normas técnicas a que deveriam obedecer.

O primeiro tipo de edifício e a primeira linha de mobiliário desenhados propositadamente para a sala de aula surgem com as **Escolas “Conde Ferreira”**. Eram edifícios clássicos, com fachada encimada por um pequeno frontão triangular e porta ladeada por duas janelas. Na fachada lateral localizava-se a porta de acesso dos alunos. Na fachada principal, a sineta, assinalava a hora de entrada e saída e chamava as crianças à escola. Tinha uma ou duas salas, e uma outra, mais pequena, para os trabalhos de costura. Na parte posterior ficava a casa do professor e da sua família. A escola possuía geralmente um campo circundante, que servia de horta do professor e de recreio. As escolas podiam ser mistas ou frequentadas por crianças de um só sexo. Existe ainda em Espinho um edifício desta época, desactivado e remodelado para outra função, a antiga Escola da Rua 23, hoje Junta de Freguesia de Espinho.

Em 1900, na Exposição mundial de Paris, o arquitecto português Adães Bermudes, apresentou um projecto de escola que obteve a medalha de ouro do certame. Esse modelo veio a ser adoptado pelo Estado e ficou conhecido pelo nome do arquitecto. As **Escolas Adães Bermudes** eram escolas com entradas independentes por sexos, geralmente de duas salas com grandes janelas, definidas exteriormente por uma bordadura de pedra e tijolo. As salas dividiam-se por duas alas, separadas por um corpo central mais elevado, que se destinava à residência dos professores, que adquiriam dignidade na imagem projectada por esta arquitectura. A antiga Escola Primária da Feira, Escola Básica Espinho 1, agora desactivada, é o único exemplo desta tipologia existente no concelho.

Durante o período da República (1910-1926) a gestão do ensino esteve descentralizada e a cargo dos municípios, cabendo ao Estado a elaboração das normas a que deveriam obedecer as construções escolares, segundo preocupações técnicas e higienistas, muito em voga na época. As normas aprovadas, em 1917, previam, pela primeira vez, outros espaços para além das salas de aula: salas de desenho, salas para conferências, refeitório, balneário e ginásio – uma espécie de embrião do que décadas mais tarde viria a estar na base do conceito de Centros Escolares. Estas normas defendiam, ainda, projectos de cariz regionalizado, procurando que as construções utilizassem os materiais característicos dos locais.

Na primeira fase da Ditadura (1926-1933) serão construídas algumas escolas segundo projectos regionais. As **Escolas dos Projectos Regionais** têm uma organização espacial diferente e em alguns casos até original, revelam preocupações estéticas e funcionais que prevêm, entre outros, nalguns casos, prevêm um vestíbulo e uma sala de professores. A

depuração dos espaços dos edifícios escolares inicia-se com os primeiros projectos da autoria de Raul Lino e Rogério de Azevedo, em meados dos anos 30, após a aprovação de um ante-projecto do plano geral para a construção destas escolas regionalizadas, segundo materiais e processos de construção existentes e as características climáticas, para serem construídas em série.

Por ocasião do duplo centenário da fundação de Portugal (1140) e da restauração da independência e na sequência do ciclone ocorrido em 1941, a Ditadura anunciou o grande plano para a concretização da rede escolar, que daria lugar a projectos tipo designados por **Plano dos Centenários**, que se prolongaria até aos anos 60. Os edifícios deste plano são uma adaptação dos projectos regionais tornando efectiva a separação por sexos. Os edifícios escolares obedeciam a projectos-tipo que se caracterizavam por uma simplificação extrema e progressiva dos espaços interiores e acabamentos exteriores e em contraste com os projectos e normas técnicas produzidos durante a I República. Iniciado em 1944, este Plano ficou muito aquém do número de edifícios inicialmente previstos, e foi sofrendo alterações sucessivas para reduzir custos. As escolas partilhavam concepções de ensino e aprendizagem conservadoras, restringidas a saber ler, escrever e contar, ao ensino de uma história de cariz nacionalista e da religião católica.

A concepção da “Escola-Sala-de-Aula”, depurada de todos os elementos espaciais considerados dispensáveis à aprendizagem, pressupunha a passividade das crianças e não previa espaços para trabalhos manuais nem tão pouco painéis de parede para exposição dos trabalhos. O espaço acanhado da sala de aula (8x6 com 3,5m de pé direito) e os recreios despidos de qualquer equipamento, eram as notas características das escolas portuguesas até à Revolução de 25 de Abril de 1974. No concelho de Espinho existem actualmente em funcionamento 11 edifícios deste tipo, em condições físicas degradadas, que correspondem a 49% do parque escolar.

Em 1963, no âmbito da OCDE, foi iniciado um “projecto de ajuda” aos Países Mediterrâneos, com o objectivo de desenvolver a escolaridade obrigatória. Havia um problema a resolver: harmonizar a concepção das construções escolares com as concepções de Escola e as mais recentes orientações no campo da pedagogia. Foram estabelecidos como princípios gerais os seguintes:

- O edifício da escola primária representa a transição da habitação para a vida pública;
- O edifício da escola deve ter em consideração o tamanho da criança;
- A escola não se restringe à sala de aula e deve, por isso, ser aberta ao exterior;

- O ensino não consta só de memorização, mas é também actividade que os espaços (diversificados) devem permitir;
- Deve ser fomentada a manipulação e criação de objectos (pelo que se introduziu uma zona de trabalho "suja", com pontos de água, ligada às salas de aula, propriamente ditas);
- A organização de situações como a de trabalho em grupo (prevendo-se a mobilidade do equipamento);
- Nem todas as actividades podem ser realizadas no mesmo espaço (daí a instalação dos chamados "polivalentes");
- As refeições são actividades educativas (e, por isso, foi suprimida a separação entre edifício-cantina e edifício-escola);
- As instalações sanitárias seguem a mesma lógica, como apoio e momento de educação;
- A escola é um edifício aberto, um equipamento social de e para a comunidade.

Em 1969, e após a integração das estruturas do Ministério da Habitação e Obras Públicas na Direcção-Geral das Construções Escolares foram estudados novos planos de construção, que fossem alternativos ao projecto do "Plano dos Centenários". No gabinete de estudos da D.G C.E. foram vários os programas elaborados cabendo a cada programa (P) um índice (1,2,3,4 e 5). Ao programa (P) das novas escolas primárias foi atribuído o índice 3 (P3). O projecto das **Escolas Normalizadas P3** ou Escolas de Área Aberta, salvo, talvez, o projecto piloto de Mem Martins e a mediática Escola da Ponte em Vila das Aves, desembocou numa contestação generalizada que teve o seu apogeu em 1987. Os espaços "abertos" foram desaparecendo gradualmente. Os professores não foram preparados atempadamente para um trabalho com as características que as P3 ambicionavam. Uma vez por falta de informação, outras por falta de formação, ou na ausência de ambas, os professores refugiaram-se no seu espaço íntimo, num contexto de trabalho que correspondia à sua concepção de "aula". São 5 as escolas deste tipo existentes no concelho de Espinho, a maior parte das quais apresenta já transformações ou adulterações do modelo original.

Em suma, o modelo tradicional de escola tem a imagem de um edifício rígido, quer ao nível da organização espacial, quer do próprio equipamento, com espaços delimitados, dedicados, controlados e especializados onde são dadas matérias segundo programas únicos e repetitivos. A transferência de conhecimento assenta na relação hierárquica entre o professor e o aluno, segundo modos de aprendizagem normalizados, que implicam a permanência diária e em horário rígido. A escola "fecha-se" sobre si e raramente ultrapassa a sua própria dimensão física.

Apesar de cada comunidade educativa ser um caso, com o seu projecto próprio, resultado de tantos outros casos, a exigir uma reflexão permanente e caminhos específicos sempre em avaliação e reelaboração, o desenho do edifício escolar tem sido tratado como uma prática de cariz normalizador na tentativa de otimizar e economizar os processos a ele ligados.

Mas hoje, a educação tem múltiplos agentes. Além da escola, a família, as associações de pais, instituições sociais e a comunidade em geral, mas, também, os meios de comunicação social, com maior dominância dos audiovisuais, que estabelecem entre si relações cruciais para a própria unidade educativa.

Aprender é sempre reaprender e a educação é um processo contínuo que, ao contrário do que anteriormente se pensava, se inicia cada vez mais cedo e se prolonga cada vez até mais tarde, o que obriga a escola a moldar-se a essa continuidade e permanência. A mudança é uma constante no processo educativo: mudança na informação, na elaboração de programas, de metodologias, de formas de relacionamento, de fronteiras geográficas, e estratégias, etc.

Assim, e ao contrário do modelo tradicional, os modelos emergentes apontam para a escola como um edifício, ou conjunto de edifícios, resultantes de sistemas de construção mais adaptáveis e ampliáveis, com espaços modulares, não-dedicados, partilhados, onde são dadas matérias segundo programas também eles modulares e flexíveis. A transferência de conhecimento baseia-se no intercâmbio e na partilha de saberes, na relação tecnológica e interactiva, segundo modos de ensino e aprendizagem que se adaptam à permanência temporária e a flexibilidade de horários. A escola “abre-se” cada vez mais à comunidade envolvente através de processos de partilha que envolvem nomeadamente parcerias que não conhecem fronteiras.

III. DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS

III. - DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS

Construída a matriz caracterizadora do panorama educativo do concelho de Espinho, nas suas diversas vertentes, interessa avançar para um diagnóstico que trace a síntese, desenhe a situação, nas suas linhas essenciais e respectivos pontos fortes e pontos fracos, ao mesmo tempo que identifique perspectivas capazes de balizarem os eixos de intervenção a consagrar na Carta Educativa.

III.1. - QUADRO EVOLUTIVO DO NÚMERO DE ALUNOS NO CONCELHO

Tendo-se trabalhado num intervalo temporal que se estende até ao ano lectivo 2006/2007, importa ter em conta os dados já disponíveis para 2007/2008, concretamente em termos de rede pública, pois foram desactivadas as EB1 da Idanha e de Espinho 1, e já estão disponíveis os primeiros números relativos a inscrições. Estes elementos são úteis para conferir outro rigor ao exercício de previsão do número de alunos do concelho, tarefa que consideramos essencial para iniciar esta fase do trabalho, como uma bússola capaz de guiar os passos seguintes.

A fim de esboçar um cenário de desenvolvimento da população residente em idade escolar, correspondente a cada ciclo de escolaridade, tendo por horizonte o ano 2020, socorremo-nos das projecções da população residente por freguesias para o concelho, elaboradas pela equipa responsável pela revisão em curso do Plano Director Municipal. A metodologia utilizada teve por base a determinação do peso da população residente em idade escolar em 2001, relativamente à população total e na sua projecção de acordo com o número de habitantes previstos pela referida fonte para os anos de 2010 e 2020.

Importa recordar, que, encontrando-nos a meio de um período inter-censitário, as projecções são passíveis de conter alguns desvios.

A previsão da população com idades correspondentes ao pré-escolar e a cada um dos ciclos do ensino básico e secundário, para o concelho de Espinho, relativamente ao ano 2010 e 2020, é apresentada na tabela nº1.

Tabela nº1

Projeção da População Residente em Idade Escolar, por Ciclo de Ensino, no Concelho de Espinho, (2010 e 2020)

Níveis de Ensino	População Residente em Idade Escolar	2001	2010	2020
Pré-Escolar	3 - 5 anos	961	939	916
1º Ciclo	6 - 9 anos	1389	1357	1324
2º Ciclo	10 - 11 anos	731	714	697
3º Ciclo	12 - 15 anos	1106	1080	1054
Secundário	15 - 17 anos	1338	1307	1276
Total da População com idade (3 - 17 anos)		5525	5397	5267

Fonte: Elaboração própria, a partir das Projeções do PDM (Revisão) – 2010 e 2020

A metodologia utilizada na elaboração do cenário prospectivo da população escolar, para cada nível de ensino e pré-escolar, tendo como horizonte o ano 2012, foi baseada na projecção da média da variação do número de alunos e de crianças nos últimos 5 anos. Este cenário tem por base a estabilidade dos seguintes Indicadores:

- Taxa de natalidade;
- Taxa de crescimento da população;
- Distribuição de alunos por agrupamento;
- Mobilidade de alunos entre concelhos;
- Taxa de escolaridade obrigatória de 12 anos;

Tabela nº2

Variação dos Alunos por Ciclos e das Crianças do Pré-Escolar, nos Anos Lectivos, (2002/03 a 2007/08)

Níveis de Ensino	Variação da População Escolar por Anos Lectivos				
	2003/04 - 2002/03	2004/05 - 2003/04	2005/06 - 2004/05	2006/07 - 2005/06	2007/08 - 2006/07
Pré-escolar	-2,25%	3,91%	-0,39%	-0,10%	-0,78%
1º Ciclo	-2,02%	-0,50%	1,23%	-2,05%	-4,35%
2º Ciclo	-0,40%	-1,51%	-11,34%	-2,88%	8,54%
3º ciclo	0,63%	0,62%	8,19%	-3,00%	0,22%
Secundário	-2,92%	15,28%	2,74%	4,42%	2,44%
Total	-1,49%	3,65%	0,85%	-0,62%	0,63%

Fonte: Dados fornecidos pelos estabelecimentos de ensino

Tabela nº3
Projeção da População Escolar por Ciclo, no Concelho de Espinho, (2008/09 a 2011/12)

Níveis de Ensino	2007/08	Média Variação (últimos 5 anos)	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12
Pré-escolar	1023	0,08%	1024	1025	1026	1027
1º Ciclo	1695	-1,54%	1669	1643	1618	1593
2º Ciclo	915	-1,52%	901	887	874	861
3º ciclo	1362	1,33%	1380	1398	1417	1436
Secundário	1766	4,39%	1844	1925	2010	2098
Total	6761	0,60%	6818	6878	6945	7015

Fonte: Dados Fornecidos pelos Estabelecimentos de Ensino, e Elaboração Própria

A evolução prevista para a educação pré-escolar, no concelho de Espinho, regista um acréscimo muito ligeiro (0,08%) das crianças inscritas dos 3 aos 5 anos, podendo-se falar praticamente de uma estabilização. Contudo, associando-se a esta dinâmica de crescimento quase nula, à reduzida taxa de cobertura¹ (77,7%) para a faixa etária dos 3 anos, constata-se a necessidade de aumentar a oferta de salas do pré-escolar, de forma a alargar a taxa de cobertura, sobretudo em algumas áreas do concelho, já referidas no Relatório de Caracterização.

Quanto ao 1º Ciclo, prevê-se uma ligeira diminuição do número de alunos. Dado que a taxa de cobertura deste ciclo de ensino é superior a 100%, este decréscimo não parece constituir razão suficiente para alterar o número de salas. Outros factores serão responsáveis pelo redimensionamento da rede escolar do 1º Ciclo, tais como a existência de um horário em regime de desdobramento na escola EB1 Espinho 2, a desactivação de alguns estabelecimentos quando se verificarem desajustes incontornáveis, e a consequente criação de centros escolares conforme se perspectiva mais adiante.

Relativamente ao 2º Ciclo, prevê-se igualmente uma ligeira diminuição de alunos, ao contrário do 3º ciclo, com um previsível ligeiro acréscimo de alunos. O ensino secundário é, de todos os níveis, aquele em que se prevê um crescimento mais significativo, possivelmente devido à maior oferta de cursos orientados para a vida activa e à grande afluência de alunos vindos de outros concelhos.

¹ - Sem esquecer que para o cálculo da taxa de cobertura foram incluídas crianças que frequentam o pré-escolar no concelho e que residem fora dele.

III.2.- SÍNTESE DA SITUAÇÃO EDUCATIVA

As análises já realizadas, que preenchem o primeiro volume, permitem desenhar com algum rigor a situação educativa actual, as suas características essenciais, as suas potencialidades e os seus constrangimentos. Ocupando uma área reduzida, o concelho de Espinho possui uma zona urbana de elevada densidade populacional e dispõe de uma série de equipamentos e serviços que lhe conferem uma dinâmica que extravasa os seus limites administrativos, fazendo sentir a sua influência tanto a norte como a sul, concretamente em termos do Grande Porto e do Entre Douro e Vouga, graças a um modelo de desenvolvimento económico assente na vitalidade do sector terciário.

Esta atractividade faz-se, igualmente, sentir no plano da Educação, pois um aspecto comum a todo o sistema de ensino, incluindo a educação pré-escolar, prende-se com o número significativo de alunos que frequentam as escolas de Espinho e que residem fora do concelho. Este fluxo de alunos, residentes maioritariamente em zonas de fronteira entre concelhos, resulta da opção mais favorável pela escola, próxima do local de emprego dos pais, conjugada com a falta de apoio familiar no local de residência, e/ou proximidade da área de residência dos encarregados de educação. Tal facto, juntamente com algum desajuste entre a idade da população escolar e a idade normal de frequência dos vários ciclos de ensino, devido à retenção, justificam a existência de taxas de cobertura e de taxas brutas de escolarização para os diferentes graus de ensino, superiores a 100%.

Evolução Demográfica

No primeiro ponto, a previsão para os próximos anos é feita em termos globais, não se podendo particularizar por freguesia. No entanto, há que atender à existência de cambiantes ao longo do território, em termos do comportamento demográfico.

Acompanhando a tendência nacional, a taxa de crescimento da população tem vindo a diminuir, a partir da década de 1980, registando valores negativos no período seguinte, o que significa estarmos, de acordo com os dados do recenseamento oficial, perante uma diminuição do número de residentes, ao contrário do que sucede quanto ao número de famílias, que aumentam em termos absolutos, mas com uma dimensão média menor.

Numa análise prospectiva até 2020, poder-se-á perder alguma população num primeiro momento, atingindo-se, de seguida, um patamar de estabilização. A quebra sente-se, principalmente, na freguesia de Espinho, aumenta em Anta até 2010, para depois abrandar, enquanto que nas outras (Guetim, Paramos e Silvalde) não se devem dar diminuições significativas, mas antes uma estabilização regular. Para além disso, haverá que ter em conta efeitos, não quantificáveis, da dinâmica que, por diversas razões, consegue atrair alunos de concelhos vizinhos, não só no ensino básico, mas com intensidade relevante no ensino secundário e nas escolas profissionais.

Educação Pré-Escolar e Ensino Básico (1.º Ciclo)

O concelho de Espinho é servido na sua esmagadora maioria (cerca de 90%) pela rede pública, sendo a rede privada manifestamente incipiente, com excepção da educação pré-escolar, que representa cerca de 41%, e o ensino superior (100%). No que concerne à educação pré-escolar, temos um universo de 50 salas, frequentadas por 1031 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade, das quais 59% pertencem à rede pública, 28% à rede de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e os restantes 13% a outras Instituições Particulares, com fins lucrativos.

No ano lectivo de 2006/07 estavam inscritas cerca de 1031 crianças na rede pública e privada, o que representa um valor superior ao número de crianças residentes, com a idade dos 3 aos 5 anos (1015) e por conseguinte, uma taxa de cobertura superior a 100%. Para compreender estas taxas de cobertura, não podemos ignorar o contributo significativo da rede privada/IPSS no acolhimento de crianças, em especial de 3 e 4 anos de idade, pois a oferta na rede pública concentra-se na faixa etária dos 5 anos.

A freguesia de Guetim apresenta a taxa de cobertura mais elevada do concelho, (173,08%), proveniente unicamente da rede pública, reflectindo grande atractividade sobre a população escolar das freguesias vizinhas. Trata-se de um estabelecimento escolar autónomo, com as instalações mais recentes do concelho e com boas condições. A freguesia de Espinho, tem a segunda taxa de cobertura mais elevada do concelho (114,69%), devido à grande afluência de crianças, das freguesias vizinhas e concelhos limítrofes, para escolas próximas do local de emprego dos pais, e em áreas da residência de encarregados de educação. A existência de jardins-de-infância da rede privada, com ATL's, horários alargados e transporte próprio, constituem razões que conduzem à opção por este tipo de oferta.

Relativamente ao 1.º ciclo, registou-se uma redução de alunos na ordem dos 10%, num período de sete anos, prevendo-se que continue a diminuir discretamente nos próximos cinco anos, sem tomar em linha de conta factores exógenos, impossíveis de quantificar. Não é, contudo, despiciendo voltar a referir que existe uma tendência no sentido de ser superior o número de alunos ao número de residentes com a idade referência para este ciclo, conduzindo a uma taxa bruta de escolarização elevada (143%) e que cresceu relativamente a 2001 (133%). Este indicador tem um percentual ainda mais expressivo na freguesia de Espinho (271%), revelando que existem migrações das outras freguesias do concelho para a zona central, factor que afecta principalmente a EB1 de Espinho 2, forçada a funcionar em regime de desdobramento (alberga cerca de 22% do total concelhio), problema para o qual urge encontrar soluções, sem deixar de se suprirem, no imediato, carências básicas por falta de instalações, disponíveis de momento graças à cedência de espaços por parte da Paróquia de Espinho. Para se implementar uma solução intermédia ajustada às necessidades, o Município optou por uma alternativa, que consiste numa construção modular e reutilizável, para dotar a EB1 de Espinho 2 com refeitório e salas (4) para actividades de enriquecimento curricular.

Ao nível das instalações do pré-escolar da rede pública, constatam-se algumas carências em determinadas áreas do concelho, nomeadamente na freguesia de Paramos, que conta apenas com uma sala dos 3 aos 5 anos e uma taxa de cobertura, bastante reduzida (21,93%). Tal facto, deve-se entre outras razões, às dificuldades de construção/adaptação de salas do pré-escolar nos actuais estabelecimentos do 1º ciclo, do plano dos centenários, ainda que para o ano lectivo 2007/2008 se tenham envidado esforços, por parte do Agrupamento e do Município, que permitem abrir uma nova sala de Jardim de Infância na EB1 do Monte, mantendo-se contudo a necessidade em alargar a rede pública.

Em síntese, interessa dar resposta à procura sentida em Espinho e Guetim, suprir as carências em Paramos, prevendo igualmente intervenções nas restantes freguesias. Em Anta há que escoar a pressão sentida em certos pontos, principalmente no lugar de Esmojães, enquanto que a zona nascente de Silvalde merecerá que se perspective, a médio prazo, o aumento de salas com esta valência.

Note-se que o referido para estas últimas três freguesias, também se aplica ao 1.º ciclo, tendo Paramos escolas perfeitamente desajustadas, Anta falta de resposta no citado lugar de Esmojães, enquanto Silvalde beneficiaria de uma reorganização na zona nascente, mantendo-se a estrutura vigente na zona poente, pois tem dado resposta credível às necessidades, pelo que as soluções mais indicadas são, nestes casos, a substituição dos

actuais estabelecimentos por centros escolares, com outra capacidade para satisfazer a procura e acolher equipamentos de apoio. Em Guetim, existe uma reserva de terreno, adjacente ao Jardim-de-infância, que permitirá instalar uma escola do 1.º ciclo, substituindo a actual sem as condições desejadas, de modo a criar-se um pólo com a devida funcionalidade. Em Espinho, interessa resolver a sobrelotação dos estabelecimentos existentes, bem como manter e valorizar a polivalência da zona central, que também depende da existência de equipamentos educativos com qualidade e a tempo inteiro, sem perder de vista as limitações ditadas pela organização da malha urbana, que obrigam à procura de soluções mais flexíveis, difíceis de compatibilizar com a filosofia dos centros escolares, ao contrário das outras freguesias onde existirão espaços compatíveis com essa tipologia.

Os restantes estabelecimentos da rede, à excepção dos desactivados a partir de 2007/2008 (EB1 de Espinho 1 e da Idanha), devem manter-se, sofrendo obras de conservação e de melhoramento, que sejam capazes de suprir, gradualmente, as suas limitações (espaços polivalentes, bibliotecas escolares, zonas de recreio, condições para alunos com necessidades educativas especiais, etc.). Em termos de segurança, para lá de se preverem medidas integradas (exemplo: remodelação global das redes eléctricas), existem condições de serem implementados, nos estabelecimentos do 1.º ciclo e pré-escolar, Planos de Emergência, devidamente sancionados pelas instâncias competentes.

A autarquia encara as suas responsabilidades educativas com outra amplitude, pelo que investe, há vários anos, na instalação de uma rede de fornecimento de refeições, que compreende a existência de cantinas ou de refeitórios, bem como no transporte de alunos quando necessário. Existem, contudo, algumas falhas no 1.º ciclo que se procuram suprir, recorrendo-se à colaboração das Paróquias (casos de Espinho 2 e das escolas da Corredoura, da Bouça e do Monte, em Paramos) ou à edificação de construções modulares (como está projectado para Espinho 2 e em execução na EB1 de Esmojães).

No plano da gestão, ressalta a existência de um relacionamento fluído entre o Município e os Agrupamentos, quer na disponibilidade de condições de funcionamento (exemplo do investimento municipal em aquisição e manutenção de fotocopiadoras, para lá de outro material), quer na implementação de projectos. As escolas e os jardins-de-infância estão dotados de equipamento informático, recorrendo o município a programas que financiaram parte da despesa, de modo a que exista, no mínimo, um computador em cada sala do 1.º ciclo e um em cada estabelecimento do pré-escolar, em consonância com as normas nacionais, ainda que o parque informático seja mais amplo graças a iniciativas dinamizadas

pelos Agrupamentos junto da sociedade civil. A introdução, em 2005/2006, do ensino do Inglês, a partir do 3.º ano, resultou numa experiência com resultados positivos em sede de avaliação, em virtude de se ter adoptado uma metodologia que privilegiou o papel dos Agrupamentos, no processo de selecção e de supervisão dos docentes. Esta solução foi igualmente usada, em 2006/2007, aquando do início de outras actividades de enriquecimento curricular, reforçada com a intervenção da Academia de Música de Espinho na disciplina da sua competência, tendo o Município contribuído para aumentar o leque da oferta com actividades complementares. Este processo beneficiou da experiência acumulada ao longo dos anos, quando Espinho surgiu, na década de oitenta, como um dos concelhos pioneiros na introdução do ensino da música e da educação física no actual 1.º ciclo.

Ensino Básico (2.º e 3.º Ciclos) e Ensino Secundário

A situação educativa não pode ser lida, apenas, do ponto de vista do leque de atribuições municipais, pelo que deve abranger os outros níveis do básico e o secundário, como patamares essenciais ao desenvolvimento individual, nomeadamente das crianças e dos jovens. Os dois últimos segmentos do básico são assegurados pela rede pública (estabelecimentos enquadrados nos agrupamentos e escolas secundárias, no tocante ao 3.º ciclo) e pela rede privada, com destaque para a via profissionalizante. As taxas de escolarização excedem, igualmente, os 100%, em virtude da referida atractividade do concelho e, também, por força das taxas de retenção verificadas nestes níveis de ensino.

No ensino básico, por força desses factores, associado ao fenómeno do abandono escolar, nota-se uma tendência decrescente no 2.º ciclo (o 5.º ano é o grau de escolaridade com maior abandono) e acréscimos no 3.º ciclo e no secundário (aqui com mais intensidade e perspectivas de aumento, com a via profissional e a hipótese de alargamento da escolaridade obrigatória ao 12.ºano). O ensino secundário regular (incluindo os cursos Científico-Humanísticos, Tecnológicos e Profissionais) tem registado um aumento na sua população escolar, com um crescimento de 16%, entre 2001/02 a 2006/07.

As novas orientações curriculares, bem como, a organização das duas escolas secundárias na escolha dos cursos a leccionar – Cursos Tecnológicos, recentemente, substituídos por Cursos Profissionais – têm privilegiado a diversidade e complementaridade no leque de ofertas, numa lógica de racionalização de recursos e de satisfação das necessidades, tendo em vista a colocação dos jovens no mercado de trabalho.

A rede existente satisfaz a procura actual e poderá continuar a servir no futuro, sem ser preciso criar outros estabelecimentos, desde que sejam operacionalizadas remodelações consistentes, consentâneas com as novas valências e com o imperativo de modernizar edifícios, quando estes corram o risco de atingir situações de ruptura. Ainda que as competências em matéria de instalações estejam a cargo da Administração Central, considerou-se oportuno identificar as necessidades dos quatro edifícios públicos, através da elaboração de inquéritos, junto dos respectivos conselhos executivos, que apontam para as seguintes prioridades:

EB 2, 3 Sá Couto

- Construção de Pavilhão Multiusos, com salas de Educação Musical, laboratórios, um auditório e salas de trabalho para os professores;
- Substituição das coberturas dos pavilhões por outro material, sem amianto na sua composição;
- Conservação e pintura das estruturas metálicas;
- Remodelação dos espaços ocupados pelos Serviços Administrativos e Conselho Executivo;
- Ampliação do bufete para dar resposta às necessidades da comunidade escolar;
- Obras de beneficiação da cozinha e refeitório e insonorização destes espaços.

EB 2, 3 Domingos Capela

- Salas de aula para leccionar os cursos de Educação Formação;
- Estufa para os cursos de Educação Formação de Jardinagem, bem como, de uma arrecadação para guardar os respectivos materiais de apoio;
- Auditório, para a realização de reuniões com os Encarregados de Educação, os alunos e os professores;
- Construção de um bufete na sala de convívio dos alunos, tornando o espaço mais lúdico e cativante para os alunos, vigiado por um auxiliar de acção educativa;
- Construção de uma cobertura no exterior da escola para permitir a entrada na cantina pelo exterior da mesma, e assim, libertar o seu interior das filas de espera.

Escola Secundária do Dr. Manuel Laranjeira

- Transformação da sala 40 (Pavilhão 5) em sala multiusos para dar resposta aos cursos de Animador Sócio-Cultural (Área das expressões) e aos planos curriculares dos alunos do ensino básico (Oficina de Teatro);
- Adaptação de uma sala para utilização de meios informáticos e a disponibilização de mobiliário adequado, de um quadro iterativo e de computadores portáteis, para proporcionar melhores condições de aprendizagem a todos os alunos que obrigatoriamente têm a disciplina de informática nos seus currículos (9º e 10º anos), e que no ensino secundário optaram pelo curso de Multimédia;
- Renovação dos laboratórios de Física, Química e Ciências, a fim de melhor implementar o ensino experimental das Ciências.
- Substituição do mobiliário do anfiteatro, a fim de melhorar a sua funcionalidade;
- Disponibilização de um espaço físico, para o Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), que se pretende alargar ao ensino secundário (12ª ano), a localizar na cidade de Espinho, para fazer face à procura entre a população adulta no concelho.

Escola Secundária do Dr. Gomes de Almeida

- Modernização global do edifício, datado da década de 1960, com correcção de patologias construtivas e adequação às necessidades de um nível de ensino em expansão;
- Remodelação dos laboratórios de Física e Química e de Biologia;
- Remodelação das Oficinas de Mecânica e Electricidade;
- Remodelação do pavimento exterior da escola.

Convém referir que, após este diagnóstico, surgem dados novos com a entrada em vigor do Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário, no ano lectivo 2008/2009, que contempla, num conjunto de 26 escolas do país, a Escola Secundária do Dr. Manuel Gomes de Almeida, pelo que estes problemas serão resolvidos nessa altura, dando resposta às questões levantadas.

Abandono e Insucesso Escolar

No seguimento da análise feita em sede de caracterização sócio-educativa, convém ter presente o significado de alguns indicadores, reportados ao momento censitário e referentes a potenciais alunos que não se encontram a frequentar a Escola. A taxa de abandono escolar traduz o percentual de indivíduos, com idades entre os 10 e os 15 anos, que não concluíram o 3.º ciclo. A saída antecipada da escola é o percentual de indivíduos, com idades entre os 18 e os 24 anos, que não concluíram o 3.º ciclo. A saída precoce da escola é o percentual de indivíduos, com idades entre os 18 e os 24 anos, que não concluíram o ensino secundário.

No concelho de Espinho, os valores registados são muito significativos, estando associados ao insucesso escolar e, sendo fenómenos transversais, denotam alguma incidência em determinados grupos ou estratos da população. Aliás, será sintomática a diferença do que sucede no ensino básico, comparativamente com o ensino secundário. A taxa de abandono escolar é muito elevada (4,1%), superior às médias da Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP) e do País (2,8/2,7), tal como a taxa de saída antecipada (27,2%), inferior à da GAMP (28,2%) mas superior à nacional (24,6%). Ao invés, a taxa de saída precoce (44,5%) é inferior à nacional (44,8%) e à da GAMP (47,2%), enquanto que a taxa de aproveitamento no ensino secundário (74,5%) é significativamente superior às do Grande Porto (64,2%) e do País (55,4%).

As perspectivas de evolução destes fenómenos passam pela aposta nos recursos locais instalados e na sedimentação de uma prática de partilha entre as escolas, o município e as instituições particulares. Estas têm vindo a implementar projectos que se podem constituir como meios eficazes de enfrentar os problemas, concretamente em termos de funcionamento de centros comunitários: da Cerciespinho no Bairro da Ponte de Anta; da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho nas freguesias de Anta e Silvalde; do Centro Social de Paramos nessa freguesia. Constitui objectivo primordial destas estruturas a luta contra o abandono escolar, actuando junto das famílias e da comunidade em geral, através de medidas como os ATL, Grupos de Jovens, Ludotecas, Mediatecas, Grupos de Pais, entre outros. Ressaltem-se ainda dois projectos específicos, um levado a cabo pelo Centro Social de Paramos no meio escolar ("Aprender em Movimento"), e outro a cargo da Cerciespinho junto de famílias de etnia cigana ("Vivências Multiculturais"). Quanto aos estabelecimentos de ensino, existem uma série de respostas, como os programas de tutoria, o acompanhamento psicológico e profissional especializados em necessidades educativas especiais, bem como o recente reforço da componente formativa e profissionalizante, em termos de oferta educativa.

O funcionamento da Rede Social de Espinho, contemplando a existência de um grupo específico para esta temática e reunindo representantes das entidades mais representativas da comunidade sócio-educativa no âmbito do Conselho Local de Acção Social, pode desempenhar um papel importante na coordenação das actividades, ao conferir-lhes outra consistência e uma maior potenciação de resultados práticos.

Educação Especial

O Ministério da Educação tem vindo a introduzir importantes reformulações na abordagem das problemáticas relacionadas com as Necessidades Educativas Especiais (NEE), conferindo maiores responsabilidades aos estabelecimentos de ensino. A Equipa dos Apoios Educativos Especiais foi extinta, a 30 de Agosto de 2006, sendo substituída por um grupo de docência da Educação Especial, que trabalha com os alunos com NEE permanentes. Sedeados nos Agrupamentos, podem prestar serviço em qualquer escola sob a sua dependência, têm a seu cargo diferentes serviços (apoio domiciliário, intervenção precoce, etc.) e colaboram estreitamente com a Cerciespinho e com o Município, que disponibiliza uma série de apoios materiais na prática de actividades direccionadas para o desenvolvimento físico e intelectual.

Para lá do trabalho directo que desenvolve, a Cerci tem condições para ser, também, encarada como uma espécie de centro de recursos, podendo prestar algum apoio técnico a professores e encarregados de educação, através da disponibilização de meios adequados e de consultadoria especializada.

Aprendizagem ao Longo da Vida

Conforme foi possível analisar, no relatório de caracterização, a aprendizagem ao longo da vida assume, actualmente, um papel determinante, não só como meio de qualificação de recursos humanos num contexto de desenvolvimento económico sustentável, mas como veículo de valorização individual numa óptica de desenvolvimento pessoal. A aprendizagem, desde a idade pré-escolar até depois da aposentação, quer possua carácter formal ou tenha uma natureza informal, contribui para a melhoria de conhecimentos e para o aperfeiçoamento de competências, numa ampla perspectiva, de âmbito pessoal, cívico ou socio-económico.

A situação vivida no concelho de Espinho tem vindo a evoluir, de acordo com as orientações nacionais, que reforçam as responsabilidades da rede pública ao nível da formação escolar, para quem frequenta em regime normal o básico e o secundário, instituindo cursos de educação-formação, e substituindo os cursos tecnológicos por cursos profissionais, tidos como determinantes no combate ao abandono e ao insucesso escolar. Esta mudança, faz com que as EB 2,3 e as Secundárias enfrentem novas necessidades em matéria de instalações e equipamentos, como já sublinhamos anteriormente.

Não tendo a autarquia responsabilidades directas nesse campo, procura-se colaborar dentro dos possíveis, como sucedeu, recentemente, com a disponibilização das instalações da EB1 da Idanha (retirada da rede, por insuficiência de alunos) ao Agrupamento Sá Couto, para acolher cursos de educação-formação. Estes estabelecimentos de ensino asseguram ainda funções na educação de adultos, através do ensino recorrente, verificando-se casos em que avançam para outros segmentos. Referimo-nos, concretamente, à Escola Secundária do Dr. Manuel Laranjeira, que tem em funcionamento um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), fundamental para o relançamento de projectos de vida e para a melhoria das qualificações e das perspectivas profissionais, alargando o leque de entidades que prestam este tipo de serviço a nível local e regional.

Quanto ao sector privado há que distinguir a actividade das escolas profissionais, com resultados relevantes e prestígio consolidado, da formação profissional levada a cabo por associações e entidades privadas, na sua maioria enquadrada pelos financiamentos disponibilizados pelos quadros comunitários de apoio, em moldes que se vão alterar na vigência do novo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN). Com efeito, deixará de haver formação não certificada e qualificante, mas apenas formação modularizada que confira créditos, qualificando efectivamente os formandos em termos de valências profissionais concretas, o que exigirá de todas essas entidades locais uma nova postura pedagógica e uma devida articulação com o mercado de trabalho. Nesta conjuntura, o Município poderá funcionar como um nó de rede, que facilite as adequadas ligações com as escolas públicas e as escolas profissionais, com o centro de emprego e com o tecido empresarial.

Importa, ainda, fazer uma referência especial ao papel que tem vindo a ser desempenhado pela Universidade Sénior de Espinho – Associação de Cultura e Ensino, como fonte de aprendizagem para pessoas com mais de 50 anos, ao proporcionar a frequência de uma

série de disciplinas, num amplo espectro cultural, que proporcionam o bem-estar ao nível cívico e cognitivo, tendo merecido apoio por parte do Município, nomeadamente em termos de utilização de instalações. Aliás, a Universidade Sénior ocupa, neste momento, espaços da EB1 de Espinho¹, desactivada recentemente, que integra um edifício com grande peso histórico, não só por ter sido inaugurado há mais de um século (1905), mas por pertencer ao modelo de escolas concebido pelo Arquitecto Adães Bermudes (característico nos inícios do século XX), elementos simbólicos que valorizam a sua permanência ao serviço do ensino no concelho.

Dinâmicas Complementares

O sistema educativo pode beneficiar de uma série de dinâmicas complementares, induzidas pela existência no concelho de uma série de equipamentos e de sinergias institucionais. A este nível específico, já foi ressaltado o papel de instituições particulares e de entidades privadas, que pode ser potenciado através de um funcionamento articulado de estruturas como o Conselho Local de Acção Social e o Conselho Municipal de Educação, pois essas convergências podem dar outra força ao combate contra o abandono escolar, além de permitirem maior consistência às políticas de educação profissional e de formação profissional.

Por outro lado, temos entidades que, em virtude da sua especialização, atingiram uma capacidade incontornável, concretamente a Cerciespinho em matéria de educação especial, a Escola Profissional de Música de Espinho geradora de valências determinantes em termos de produção cultural, o Instituto Superior de Espinho no domínio da gestão hoteleira e de outras actividades de apoio ao turismo, cada uma delas atingindo projecção que extravasa o mero âmbito local.

Acresça-se, ainda, as hipóteses abertas pelas várias associações locais, com particular ênfase no plano desportivo, que funcionam como centros de formação de jovens numa lógica de claro ecletismo, possibilitando um desenvolvimento individual com outras dimensões, passíveis de enriquecerem projectos educativos dinamizados pelas escolas. Esta possibilidade estende-se ao campo cultural, aproveitando, como já se vem fazendo, o poder apelativo de eventos como o Festival Internacional de Música de Espinho (FIME), a programação regular do auditório da Academia de Música, o Festival internacional de Cinema de Animação (CINANIMA). Mostra-se, igualmente, necessário canalizar contributos motivados pela existência de equipamentos ou espaços públicos com funções educativas (Centro Multimeios, Biblioteca Municipal, Castro de Ovil), bem como estabelecer uma maior ligação da actividade cultural promovida pelo município com o meio escolar, pois tem-se

procurado direccionar muitas iniciativas para as crianças e os jovens (Festival Marionetas, Festival Tucá Tulá, Pluridanças, Arte XXI, etc.), merecedoras de outra repercussão junto dos estabelecimentos de ensino.

Com a conclusão das obras do Fórum de Arte e Cultura de Espinho (FACE), que ocupa o espaço da antiga Fábrica de Conservas “Brandão, Gomes”, abrem-se oportunidades no sentido de dotar o concelho de um equipamento polivalente, com apetência para exercer funções complementares ao nível do ensino, concretamente o de grau superior, caso se concretizem condições para o estabelecimento de parcerias com entidades universitárias, no sentido de diversificar a oferta em matéria de pós-graduações e de outras modalidades. Existe, igualmente, a possibilidade de lhe conferir capacidade como pólo dinamizador de cultura, sendo visível o interesse em dar corpo à instalação de um núcleo museológico e de investigação nos terrenos da História local, o que permite a diversificação de projectos educativos que disseminem o nosso património e a nossa memória colectiva.

Potencialidades e Constrangimentos

Ao longo desta síntese da situação educativa, procurou-se fazer uma leitura realista, abordando-se potencialidades e constrangimentos. Tal não impede que, para concluir, se faça um exercício de sistematização, identificando os principais pontos fortes e as principais fraquezas.

Pontos Fortes

- Localização geográfica funciona como factor de atractividade e de ligações fluidas, tanto a Norte como a Sul
- Fixação significativa de activos no sector terciário
- Rede consistente de equipamentos culturais e desportivos
- Fortes sinergias ao nível da sociedade civil
- Entidades particulares com grande actividade no campo sócio-educativo
- Rede de educação pré-escolar com elevada taxa de cobertura, por força da acção do sector privado
- Taxas de escolarização elevadas no ensino básico e secundário
- Introdução da informática nos jardins-de-infância e nas escolas primárias
- Forte colaboração entre o Município e os Agrupamentos no programa de generalização do ensino do Inglês e de outras actividades de enriquecimento curricular

- Investimento do município na acção social escolar e na expansão do serviço de fornecimento de refeições para o pré-escolar e o 1.º ciclo
- Taxa de sucesso no ensino secundário superior à média nacional
- Oferta crescente de ensino profissional na rede pública
- Elevada procura dos cursos ministrados nas escolas profissionais
- Existência de experiências bem sucedidas no combate ao abandono escolar, na educação especial, no ensino artístico e na promoção da aprendizagem ao longo da vida
- Existência de dinâmicas de cooperação entre os agentes públicos e as entidades privadas

Pontos Fracos

- Envelhecimento da população e quebra da taxa de natalidade
- Tendência de ligeiro decréscimo de população na sede do concelho e de estabilização nas freguesias
- Escassez de terrenos que limita uma remodelação da rede escolar, consentânea com os novos paradigmas de ensino
- Carência de salas do pré-escolar na rede pública
- Escolas do 1.º ciclo com condições físicas desadequadas
- Existência de uma escola a funcionar em regime de desdobramento
- Escolas sem espaços de lazer e com carências em termos de infraestruturas e equipamentos de apoio
- Educação pré-escolar e 1.º ciclo do Básico com carências em termos de novas tecnologias de apoio pedagógico
- Deficiências no circuito de transportes escolares, designadamente ao nível da necessidade de renovação da frota de veículos
- Carências nas condições oferecidas aos alunos com necessidades educativas especiais
- Taxa de abandono escolar superior à média nacional
- Elevadas taxas de insucesso escolar nos 2.º e 3.º ciclos
- Taxas significativas de saída antecipada e de saída precoce
- Parque escolar do ensino secundário envelhecido e com notórias debilidades
- Limitação de condições na rede pública para dar sequência adequada às novas orientações curriculares

III.3. - REDE ESCOLAR E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A Carta Educativa ao pronunciar-se, explicitamente, sobre a remodelação da rede, ao nível da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, não pode ignorar as directrizes contempladas no Plano Director Municipal e as previstas em sede do seu processo de revisão, que se encontra em fase terminal, nem fazer tábua rasa de orientações constantes de planos de pormenor e de estudos urbanísticos, sempre que estejam em causa hipóteses para a localização de equipamentos escolares.

No que toca à revisão do PDM, importa atender ao uso do solo previsto, nomeadamente quanto a localizações apropriadas para equipamentos, bem como às orientações concretas, validadas pela Comissão de Acompanhamento, relacionadas com a expansão da rede educativa. A nova estrutura da rede deve, tal como está recomendado, atender à expansão do ensino básico em Paramos, através da previsão de área capacitada para garantir a cobertura do crescimento dos núcleos habitacionais, bem como aproveitar, em Guetim, a reserva de terreno já contemplada, junto ao actual equipamento de pré-escolar, que permite servir o ensino básico. O acolhimento destas observações leva, naturalmente, à previsão de Centros Escolares nessas Freguesias, como já se alvitrou na síntese da situação educativa.

No que respeita aos estudos, com carácter indicativo ou auxiliar, que contemplam a possibilidade, no plano teórico, em acolherem escolas, a nossa análise deve ser forçosamente restrita, incidindo sobre a oportunidade das previsões, em termos de adequação às perspectivas já alvitradas para a remodelação da rede e à filosofia que lhe está subjacente. Em termos práticos, não se pretende pôr em causa a bondade dos instrumentos de planeamento, pois esse tipo de leitura extravasa a natureza de um documento confinado à definição de políticas e de medidas educativas, mas apenas referir os argumentos que possam desaconselhar a localização apontada ou considerar que os equipamentos previstos não devem ser escolas.

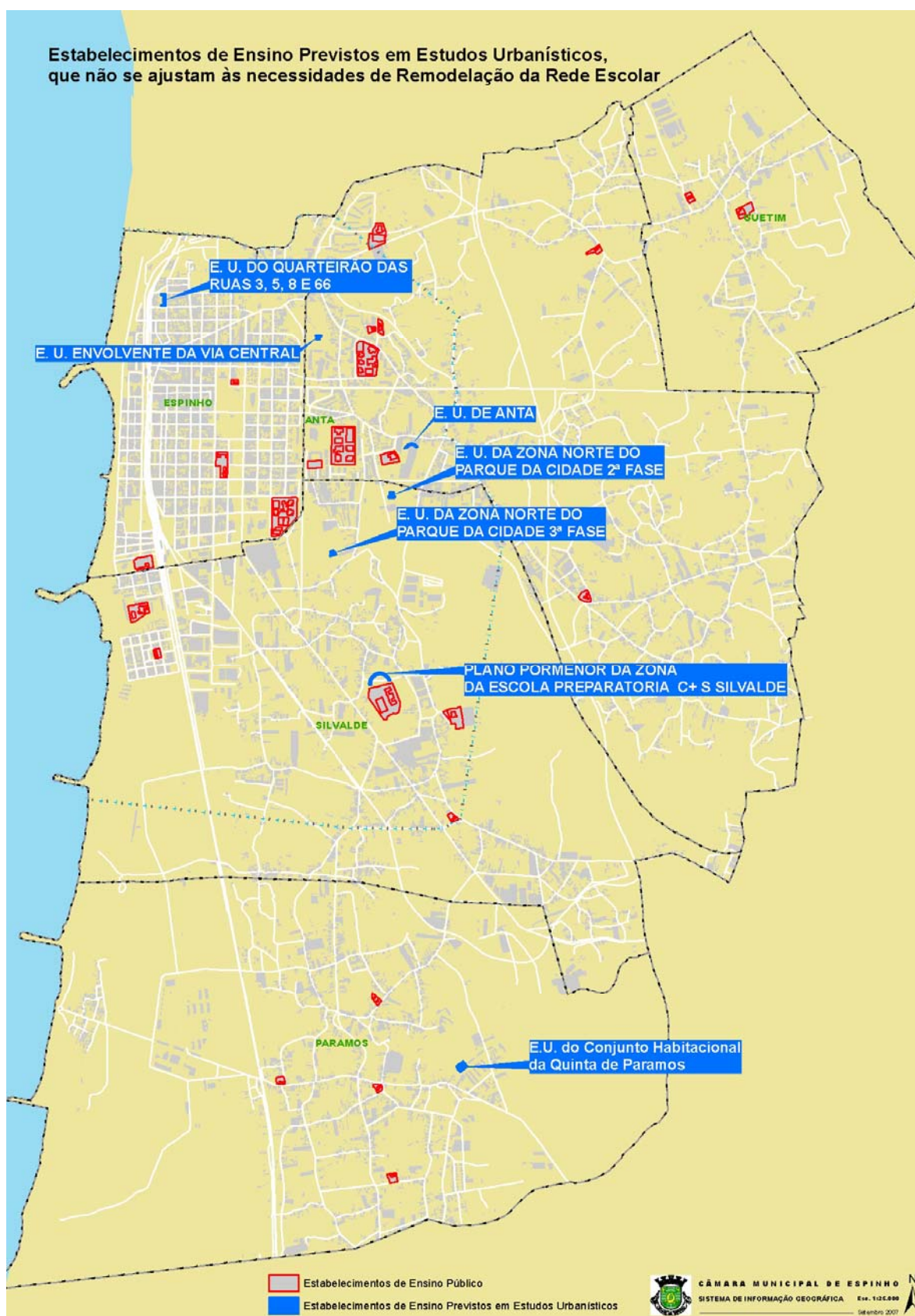
A Carta Educativa não toma posição, nem o pode fazer, sobre o interesse urbanístico desses instrumentos, nem sobre se eles devem continuar a prever equipamentos, restringindo-se a apontar motivos pelos quais, em determinadas situações, os equipamentos não devem ser de natureza escolar. Convém, aliás, notar que os planos e estudos em causa, datados da década de 1980 ou dos inícios da década seguinte, foram elaborados em contextos diferentes, suportando-se em conceitos que, nalguns casos, podem ter sido ultrapassados pela evolução registada em matéria de modelos educativos.

O conceito de Centro Escolar abrange a complementaridade do pré-escolar com o 1.º ciclo, compreendendo espaços para salas de aulas, salas de apoio, zonas de lazer e equipamentos complementares (refeitórios, bibliotecas, centros de recursos, centros de educação física e prática desportiva). Está-lhe, também, subjacente a ideia de concentração e aproveitamento de meios, em zonas com acessibilidades garantidas, ao invés de uma dispersão com pequenos núcleos ao longo do território. Tal não significa que a Carta deva, por isso, contemplar a desactivação de todas as escolas em funcionamento, pelo facto de não obedecerem a esta nova tipologia, pelo que se devem manter as reconhecidas como úteis para o equilíbrio da rede, quer pela sua localização como pela sua funcionalidade. Também no que concerne a novas edificações, a ideia de Centro Escolar não é entendida como solução exclusiva, mas como opção preferencial, podendo-se admitir alternativas que contemplem a existência de pólos distintos, ainda que ligados por traços de continuidade ou de complementaridade, sempre que os condicionalismos assim o justifiquem.

Por outro lado, deve-se ter presente a exequibilidade prática de qualquer solução, mesmo que teoricamente se possa afigurar ajustável, pois é forçoso atender à disponibilidade dos respectivos terrenos. Não se dispondo, compreensivelmente, de uma bolsa de reserva que responda a todas as necessidades, é preciso aferir, para cada caso, se estamos perante uma solução materialmente exequível. A Carta Educativa não deve limitar-se a apontar medidas conceptualmente aceites num plano abstracto, mas que sejam testadas e balizadas por pressupostos realistas e possíveis de implementar na prática.

De acordo com estes entendimentos, é forçoso pronunciarmo-nos sobre as hipóteses de implantação de estabelecimentos de ensino em determinados pontos do concelho, conforme se prevê em diversos estudos e planos de pormenor (mapa nº 1), que se consideram desaconselháveis por assentarem numa lógica de escolas de pequena dimensão, que dispersam a oferta pelo território, em moldes desadequados às necessidades. Conforme se explicita nesse mapa, existem instrumentos de planeamento que acolhem equipamentos, cuja finalidade não deve ser de teor educativo, pelas razões a seguir indicadas:

Mapa nº 1



- a) - Na freguesia de Paramos é aconselhável a criação de um Centro Escolar, para substituir as quatro escolas existentes, pelo que não deve constar uma escola contígua ao Conjunto Habitacional da Quinta. Em sequência das análises efectuadas, esse Centro poderá localizar-se no lugar da Lomba, em zona de notória acessibilidade, exigindo em contrapartida um inevitável esforço em aquisição de terrenos, que não pode ser posto em causa de modo algum.
- b) - Na freguesia de Silvalde considera-se oportuna a implementação, na zona nascente, de um Centro Escolar, pelo que não se justifica a dispersão de novas escolas, conforme se previa no designado plano de pormenor da Escola Preparatória C+S (actual EB 2,3 Domingos Capela), bem como nos Estudos da Zona Norte do Parque da Cidade (2.^a e 3.^a fases). O referido Centro tem localização condicionada pelas directrizes do PDM, devendo situar-se onde se preveja a existência de Equipamento com dimensões conformes, como será o caso do lugar do Formal, com terrenos já na posse da autarquia.
- c) - Em Anta defende-se a manutenção dos estabelecimentos já existentes (Anta 1, Anta 2, Anta 3) e a substituição da EB 1/JI de Esmojães por um Centro Escolar nesse lugar da freguesia, devidamente enquadrado por correspondente estudo urbanístico, pelo que não se justifica criar um pequeno jardim-de-infância, conforme previsto no designado Estudo Urbanístico de Anta, localizado nas proximidades da EB 1/JI de Anta 1. Por outro lado, existe o Estudo Urbanístico Envolvente da Via Central, logo acima da Rua 32, passível, no campo teórico, de acolher um agregado escolar, que funcionaria como forma de aliviar a pressão sentida na zona central da cidade, mas que não pode ter dimensão para substituir qualquer dos estabelecimentos aí localizados (EB1/JI de Espinho 2 e de Espinho 3), apresentando inconvenientes que o desaconselham. A acessibilidade, mesmo que melhorada com nova ligação viária, não é a mais indicada para um edifício escolar, além de se situar em terrenos privados, factores que obrigariam a um investimento avultado e com significativa morosidade temporal (terrenos, infraestruturas, ligações), não compatíveis com a utilidade discutível desta solução, face a outras hipóteses com outro grau de viabilidade material e temporal.
- d) - Na freguesia de Espinho, o Estudo Urbanístico do Quarteirão das Ruas 3, 5, 8 e 66, além de abranger parte de terrenos privados, tem uma localização periférica e consigna um modelo escolar ultrapassado que não serve as necessidades actuais, pelo que deve deixar de ser considerado para contemplar um equipamento desta

natureza. A solução em Espinho passará, essencialmente, por melhorar as condições dos estabelecimentos já existentes, potenciando os benefícios decorrentes da sua centralidade, edificando-se, pelo menos, um novo estabelecimento EB1/JI que alivie a pressão exercida na sede do concelho, terminando com o regime de desdobramento ainda em vigor na escola EB1/JI de Espinho 2, para lá de servir como descongestionamento da taxa de ocupação na escola EB1/JI Espinho 3 e de permitir maior flexibilidade do tráfego, ao evitar-se a sua confluência para zonas já saturadas. A solução deverá passar pelo aproveitamento de orientações e instrumentos urbanísticos devidamente eficazes e cuja parte significativa dos terrenos estejam disponíveis pela autarquia.

IV. EIXOS DE INTERVENÇÃO

IV. – EIXOS DE INTERVENÇÃO

Em consonância com a leitura operacionalizada neste Quadro Estratégico, através do correspondente enquadramento e do exercício de diagnóstico e afirmação de perspectivas, avança-se com as propostas concretas, consubstanciadas nos correspondentes eixos de intervenção. Trata-se de uma orientação, o mais precisa possível, das linhas tidas como norteadoras da política educativa, a serem transformadas posteriormente, a seu tempo, em projectos concretos, ao longo do período de vigência da Carta Educativa, e sem prejuízo da monitorização, feita durante os primeiros cinco anos da sua vigência, passível de suscitar ajustamentos e afinações de acordo com as tendências que se possam vir a detectar nesse período.

Tomando como base os pontos fracos enunciados no diagnóstico estruturamos a proposta de intervenção a partir de 4 eixos que se subdividem em Medidas e estas em Acções a saber:

EIXO 1 – Requalificação da Rede Escolar;

EIXO 2 - Promoção do sucesso educativo e da
qualidade do ensino;

EIXO 3 - Promoção da aprendizagem ao longo da vida;

EIXO 4 - Monitorização da Carta Educativa.

EIXO 1 - REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR

O entendimento do espaço físico escolar deve estar atento a todas as vertentes da educação, como realidade aberta a todos os agentes educativos, como processo contínuo em permanente mudança e reajustamento, onde casos específicos exigem soluções próprias, sempre diversas, mesmo quando aparentemente similares.

Pensar a escola hoje como um elemento integrado na cidade, reposicionando-se no seu papel catalisador de contextos urbanos, fazendo emergir uma reciprocidade positiva cidade-escola/escola-cidade, parece ser um novo caminho a percorrer cheio de potencialidades. A possibilidade de entendimento da escola com um mecanismo de funcionamento alargado em relação ao horário escolar institucionalizado, abrangendo assim mais do que o seu papel social tradicional, é um caminho a tomar e uma nova forma de centralidade com a comunidade escolar mais próxima da cidade. O conceito de escola ligada a processos de revitalização de centros urbanos ou criação de novas centralidades é um caminho ainda por percorrer.

Em termos práticos e reportando-nos à Carta Educativa de Espinho, estes princípios pressupõem algumas alterações na orientação e gestão dos diferentes níveis de ensino com óbvias implicações nas políticas de ordenamento do concelho. Essas novas orientações visão essencialmente o seguinte:

- A requalificação do primeiro ciclo do ensino básico através da concentração dos alunos em Centros Escolares, com a integração do ensino pré-escolar, com mais e melhores infraestruturas físicas e pedagógicas;
- Assegurar o conceito de “Escola a Tempo Inteiro”, garantindo a permanência das crianças dos Jardins de Infância e os alunos do ensino Básico durante todo o dia, com cobertura mínima de 8 horas, durante as quais deverão ocorrer actividades curriculares e actividades de enriquecimento curricular;
- Garantir o regime normal de funcionamento de horários, isto é, sem desdobramento de horários, o que pressupõe a disponibilização de instalações próprias para refeições, com minimização das deslocações em tempo útil e maximização da segurança e conforto para os alunos;

- Dotar os estabelecimentos de ensino dos meios e equipamentos necessários para que, cada vez mais, as crianças passem a dar uma dimensão concreta, instrumental, que ligue o conhecimento abstracto à realidade, e os cativa para a escola.
- Das 18 escolas de ensino pré-escolar e do ensino básico, existentes, 11 serão desactivadas (EB1 de Guetim, EB1/JI Anta 2, EB1/JI Esmojães, EB1 Espinho 1, EB1 Idanha, EB1 Corredoura, EB1 Bouça, EB1/JI Lomba e EB1/JI do Monte, EB1/J1 da Quinta da Seara e EB1 do Calvário), 4 serão construídas de raiz (Centro Escolar de Anta, Centro Escolar de Espinho, Centro Escolar de Paramos e Centro Escolar de Silvalde). O Centro Escolar de Guetim resultará da ampliação do JI de Guetim, com a construção de 4 salas para ensino básico. As restantes (EB1/JI Anta 1, EB1/JI Anta 3, EB1/JI Espinho 2, EB1/JI, Espinho 3, EB1/JI Marinha 1 e EB1/JI Quinta da Marinha) serão mantidas mas reabilitadas.

Tabela nº 4
Reorganização da Rede de Educação Pré-Escolar

Freguesias	Designação Escola	Ano Lectivo de 2007/2008				2007-2012			
		Pré-Escolar Publica	Pré-Escolar Privada	Reorganização da Rede Pré-Escolar Publica	Observações	Pré-Escolar Publica	Pré-Escolar Privada	Reorganização da Rede Pré-Escolar Publica	Observações
		Nº Salas Existentes	Nº Crianças	Média Crianças /Sala	Nº Salas Existentes	Nº Crianças	Nº Salas		
Agrup. Sã Couto	Anta	EB1/JI Anta 1	2	33	16.5		2	a manter	
		EB1/JI Anta 2	2	48	24.0		0	a desactivar	
		EB1/JI Anta 3	1	20	20.0		1	a manter	
		EB1 JI /Esmojaes	2	40	20.0		0	a desactivar	
	Centro Escolar de Anta					4	Inclui 2 salas de Esmojães e 2 salas de Anta 2		
	Total	7	141	20.1	3	55	7		
	Espinho	EB1/JI Espinho 2	4	88	22.0		4	a manter	
		EB1/JI Espinho 3	5	116	23.2		4	a manter	
		Centro Escolar de Espinho					4	Inclui 1 sala de Espinho 3	
	Total	9	204	22.6	7	160	12		
Guetim	JI Guetim	4	85	21.3					
	Centro Escolar de Guetim					4	mantem 4 salas do JI Guetim		
Total	4	85	21.3	0	0	4			
Total do Agrupamento Sã Couto		20	430	21.3	10	215	23		
Agrup. Domingos Capela	Paramos	EB1/JI Lomba	1	25	25.0		0	a desactivar	
		EB1 /JI Monte	1	25	25.0		0	a desactivar	
		Centro Escolar de Paramos					4	Inclui as 2 salas Lomba e Monte	
	Total	2	50	25.0	5	85	4		
	Silvalde	EB 1 /JI Marinha 1	2	43	21.5		2		
		EB 1 /JI Quinta da Marinha	2	34	17.0		2		
EB 1 /JI Quinta da Seara		3	52	17.3		0	a desactivar		
Centro Escolar de Silvalde					3	Inclui 3 salas da Seara			
Total	7	129	18.6	6	114	7			
Total do Agrupamento Domingos Capela		9	179	21.8	11	199	11		
Total do Concelho de Espinho		29	609	21.6	21	414	34		

Tabela nº 5
Reorganização da Rede do 1º CEB

Agrup. Freguesias	Designação Escola	Ano Lectivo de 2007/2008		2007-2012		Observações
		Nº Salas Existentes	Nº Alunos	Média alunos/Sala	Nº Salas	
Agrup. Sá Couto	EB1/JI Anta 1	6	155	25,83	6	a manter
	EB1/JI Anta 2	4	89	22,25	0	a desactivar
	EB1/JI Anta 3	4	61	15,25	4	a manter
	EB1 JI /Esmojaes	4	90	22,50	0	a desactivar
	EB1 Idanha		Desactivada			
	Centro Escolar de Anta				8	Inclui 4 salas de Esmojães e 4 de Anta 2
Total		18	395	21,94	18	
Espinho	EB1 Espinho 1		Desactivada			
	EB1/JI Espinho 2	10	408	40,80	10	a manter
	EB1/JI Espinho 3	14	309	22,07	10	a manter
	Centro Escolar de Espinho				12	
Total		24	717	29,88	32	
Guetim	EB1 Guetim	4	96	24,00	0	a desactivar
	Centro Escolar de Guetim				4	
	total	4	96	24,00	4	Inclui 4 salas da EB1 Guetim
Total do Agrupamento Sá Couto		46	1208	26,26	54	a manter
Agrup. Domingos Capela	EB1 Corredoura	2	32	16,00	0	a desactivar
	EB1 Bouça	4	70	17,50	0	a desactivar
	EB1/JI Lomba	3	52	17,33	0	a desactivar
	EB1 /JI Monte	2	42	21,00	0	a desactivar
	Centro Escolar de Paramos				10	integra as salas das escolas a desactivar
	Total	11	196	17,82	10	
Agrup. Domingos Capela	EB 1/JI Marinha	6	89	14,83	6	a manter
	EB 1/JI Quinta da Marinha	4	60	15,00	4	a manter
	EB 1/JI Quinta da Seara	5	84	16,80	0	a desactivar
	EB 1 Calvário	4	58	14,50	0	a desactivar
	Centro Escolar de Silvalde				8	Inclui as 5+ 4 salas da Seara e Calvário
total	19	291	15,32	18		
Total do Agrupamento Domingos Capela		30	487	16,23	28	
Total do Concelho de Espinho		76	1695	21,25	82	

Tabela nº 6
Reorganização da Rede Escolar Pública

Reorganização da Rede Escolar (2007/2012)						
Freguesias	Designação Escola	Pré-Escolar		1º Ciclo do Ensino Básico		
		Nº Salas	Capacidade	Nº Salas	Capacidade	
Agrup. Sá Couto	Anta	EB1/JI Anta 1	2	49	6	144
		EB1/JI Anta 3	1	23	4	96
		Centro Escolar de Anta	4	75	8	192
		Total	7	147	18	432
	Espinho	EB1/JI Espinho 2	4	96	10	240
		EB1/JI Espinho 3	4	100	10	240
		Centro Escolar de Espinho	4	100	12	288
		Total	12	296	32	768
		Centro Escolar de Guetim	4	90	4	96
	Total	4	90	4	96	
Total do Agrupamento Sá Couto		23	533	54	1296	
Agrup. Domingos Capela	Paramos	Centro Escolar de Paramos	4	100	10	240
		Total	4	100	10	240
	Silvalde	EB 1 /JI Marinha	2	50	6	144
		EB 1 /JI Quinta da Marinha	2	50	4	96
		Centro Escolar de Silvalde	3	75	8	192
		Total	7	175	18	432
	Total do Agrupamento Domingos Capela		11	275	28	672
Total do Concelho de Espinho		34	808	82	1968	

Tabela nº 7
Estimativa de Custos Elegíveis para Construção de Centros Escolares

Construção de Centros Escolares	Tipologia	Número de salas		Área Bruta de Construção (m ²)	Custo da ABC (€/m ²)	Custo total de Construção (ABC) (x10 ³ €) estimad	Área de Espaços Exteriores (m ²)	Custo da AEE (€/m ²)	Custo total de arranjo (AEE)	Custo do Equipamento	Custo Final Elegível
		Sala de actividades	Salas de Aulas								
Prioridade 1											
Centro Escolar de Paramos	EB1/JI	4	10	2,900	375 €	1,087,500 €	8,200	25 €	205,000 €	111,250 €	1,403,750 €
Centro Escolar de Espinho	EB1/JI	4	12	3,100	375 €	1,162,500 €	9,200	25 €	230,000 €	124,250 €	1,516,750 €
Sub Total		8	22	6,000		2,250,000 €	17,400		435,000 €	235,500 €	2,920,500 €
Prioridade 2											
Centro Escolar de Gueitim	EB1/JI	4	4	580	375 €	217,500 €	2,800	25 €	70,000 €	22,150 €	309,650 €
Centro Escolar de Anta	EB1/JI	4	8	2,700	375 €	1,012,500 €	7,200	25 €	180,000 €	102,450 €	1,294,950 €
Sub Total		8	12	3,280.00		1,230,000.00	10000		250,000.00	124,600.00	1,604,600.00
Prioridade 3											
Centro Escolar de Silvalde	EB1/JI	3	8	1,960	375 €	735,000 €	6,650	25 €	166,250 €	89,250 €	990,500 €
Sub Total		3	8	1,960.00		735,000.00	6,650.00		166,250.00	89,250.00	990,500 €
TOTAL		19	42	11,240.00		4,215,000.00	34,050.00		851,250.00	449,350.00	5,515,600.00

Na estimativa de custos elegíveis não foram considerados os custos com projectos de arquitectura e especialidades, nem os preços de terrenos.

Os Valores elegíveis estão de acordo com os valores referência do Despacho Conjunto n.º 200/2005, de 07 de Março de 2005.

Tabela nº 8
Estimativa de Custos Elegíveis para Remodelação de Instalações de Escolas

Remodelação de Instalações de Escolas	Tipologia	Número de salas			Área Bruta de Construção (m ²)	Custo da ABC (€/m ²)	Custo total de construção (ABC) (x10 ³ €) estimado
		Sala de Actividades	Salas de Aulas	Total de Salas			
EB1/JI Anta 1	EB1/JI	2	6	8	1,540	200 €	308,000 €
EB1/JI Anta 3	EB1/JI	1	4	5	1,050	200 €	210,000 €
Sub Total		3	10	13	2,590		518000
EB1/JI Espinho 2	EB1/JI	4	10	14	2,540	200 €	508,000 €
EB1/JI Espinho 3	EB1/JI	4	10	14	2,500	200 €	500,000 €
Sub Total		8	20	28	5,040		1,008,000 €
Total Do Agrupamento Sá Couto		11	30	41	7,630		1,526,000 €
EB1/JI Marinha 1	EB1/JI	2	6	8	910	200 €	182,000 €
EB1/JI Quinta da Marinha	EB1/JI	2	4	6	2,165	200 €	433,000 €
Sub Total		4	10	14	3,075		615,000 €
Total do Agrupamento Domingos Capela		4	10	14	3,075		615,000 €
Total do Concelho de Espinho		15	40	55	10,705		2,141,000 €

Os Valores elegíveis estão de acordo com os valores referência do Despacho Conjunto n.º 200/2005, de 07 de Março de 2005.

EIXO 1 – REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR

Medida 1.1 - Construção de novos Estabelecimentos Pré-Ecolares

O ensino pré-escolar revela-se crucial para as etapas ulteriores da aprendizagem, especialmente em termos de resultados de socialização. Desempenha uma importante função na prevenção do abandono escolar precoce, na melhoria da equidade dos resultados e dos níveis globais de competências, bem como a reduzir os custos sociais noutros domínios, como por exemplo, o desemprego, a exclusão social e a criminalidade.

O Diagnóstico aponta como pontos fracos neste sector a “carência de salas do pré-escolar na rede pública”, apesar da complementaridade na cobertura conseguida através do número de salas do sector privado, “carências em termos de novas tecnologias de apoio pedagógico” e “carências em termos de infraestruturas e equipamentos de apoio”, em particular no que toca aos equipamentos e mobiliários de recreio.

A proposta prevê, como forma de intervenção a construção de raiz integrados em novos Centros Escolares a construir.

Acção 1.1.1 - Jardim de Infância de Paramos

Integrar no novo Centro Escolar a construir as 2 salas existentes nos Jardins de Infância da Lomba e do Monte e criar 2 novas salas, passando assim a usufruir de 4.

Com esta acção atinge-se uma taxa de cobertura de 74% dos alunos inscritos na freguesia de Paramos, segundo os dados de 2007/2008.

Acção 1.1.2 - Jardim de Infância de Espinho

Integrar no novo Centro Escolar a construir 1 sala existente no Jardim de Infância de Espinho 3 e criar mais 3 novas salas, passando assim a usufruir de 4.

A proposta prevê a manutenção e reabilitação das 4 salas existentes no Jardins de Infância de Espinho 2 e das 4 salas do Jardim de Infância de Espinho 3.

Com esta acção atinge-se uma taxa de cobertura de 82,4% dos alunos inscritos na rede pública do ensino pré-escolar na freguesia de Espinho, segundo os dados de 2007/2008.

Acção 1.1.3 - Jardim de Infância de Anta

Integrar no novo Centro Escolar a construir as 2 salas existentes no Jardim de Infância de Esmojães e as 2 do Jardim de Infância de Anta 2 passando assim a usufruir de 4.

A proposta prevê a manutenção e reabilitação das 2 salas existentes no Jardim de Infância de Anta 1 e de 1 sala em Anta 3.

Com esta acção atinge-se uma taxa de cobertura de 84,7% dos alunos inscritos na rede pública do ensino pré-escolar na freguesia de Anta, segundo os dados de 2007/2008.

Acção 1.1.4 - Jardim de Infância de Silvalde

Integrar no novo Centro Escolar a construir as 3 salas existentes no Jardim de Infância da Quinta da Seara.

A proposta prevê a manutenção e reabilitação das 2 salas existentes nos Jardins de Infância da Marinha e Quinta da Marinha.

Com esta acção atinge-se uma taxa de cobertura de 82,3% dos alunos inscritos na rede pública do ensino pré-escolar na freguesia de Silvalde, segundo os dados de 2007/2008.

Tabela nº9
Prioridades da Medida 1.1

Acção	Descrição	Freguesia	Nº Salas	Nº Alunos	Prioridade	Data de Execução
1.1.1	Centro Escolar de Paramos	Paramos	4	100	1	2007-2012
1.1.2	Centro Escolar de Espinho	Espinho	4	100	1	2007-2012
1.1.2	Centro Escolar de Anta	Anta	4	100	2	2007-2012
1.1.4	Centro Escolar de Silvalde	Silvalde	3	75	3	2007-2012

EIXO 1 – REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR

Medida 1.2 - Ampliação/Reabilitação de Estabelecimentos Pré-Escolares Existentes

Outra modalidade de intervenção é a ampliação e reabilitação de edifícios existentes, desde que viável e sem comprometer os níveis bom funcionamento do próprio equipamento, se o actual estado de conservação não o desaconselhe.

Acção 1.2.1 - Reabilitação do Jardim de Infância de Espinho 2

Acção 1.2.2 - Reabilitação do Jardim de Infância de Anta 1

Acção 1.2.3 - Reabilitação do Jardim de Infância de Anta 3

Tabela nº 10
Prioridades da Medida 1.2

Acção	Descrição	Freguesia	Nº Salas	Nº Crianças	Prioridade	Data de Execução
1.2.1	Jardim-de-Infância Espinho 2	Espinho	4	96	1	2007-2012
1.2.2	Jardim-de-Infância Anta 1	Anta	2	49	2	2007-2012
1.2.3	Jardim-de-Infância Anta 3	Anta	1	23	2	2007-2012

EIXO 1 – REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR

Medida 1.3 - Ampliação/Reabilitação de Escolas do 1º Ciclo

O Diagnóstico aponta como pontos fracos a existência de “escolas do 1º ciclo com “condições físicas desadequadas”, a “existência de uma escola a funcionar em regime de desdobramento”, “escolas sem espaços de lazer e com carências em termos de infra-estruturas e equipamento de apoio” , “(...)carências em termos de novas tecnologias de apoio pedagógico” e “carências nas condições oferecidas aos alunos com necessidades educativas especiais”.

Pretende-se assegurar o conceito de “Escola a Tempo Inteiro” e garantir o regime normal de funcionamento de horários e dotar todos os estabelecimentos de ensino com todos os equipamentos ócio-educativos, nomeadamente, bibliotecas, salas para alunos com necessidades educativas especiais, salas para novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), salas de actividades, cantinas, salas de professores e para as associações de pais, recreios devidamente infraestruturados e equipados.

Merece especial referência a atenção dada às bibliotecas escolares entendidas como núcleos fundamentais e indissociáveis do processo pedagógico, e afectos às actividades de ensino ou a outras actividades, não lectivas, como à ocupação de tempos livres e de lazer.

Acção 1.3.1 - EB1/JI de Espinho 2

Construção de Cantina e 4 Salas (programada)

Acção 1.3.2 - EB1/JI Esmojães/Anta

Construção de Cantina (em curso)

Acção 1.3.3 - EB1/JI da Quinta da Seara/Silvalde

Construção de Biblioteca Escolar (programada)

Acção 1.3.4 - EB1/JI de Anta 1

Construção de Biblioteca Escolar (programada)

Tabela nº 11
Prioridades da Medida 1.3

Acção	Descrição	Freguesia	Nº Salas	Nº Alunos	Prioridade	Data de Execução
1.3.1	EB 1/JI Espinho 2	Espinho	4 + 10	88 + 408	1	2007
1.3.2	EB 1/JI Esmojães	Anta	2 + 4	40 + 90	1	2007
1.3.2	EB 1/JI Quinta da Seara	Silvalde	3 + 5	52 + 84	2	2008-2013
1.3.4	EB 1/JI Anta 1	Anta	2 + 6	40 + 89	2	2008-2013

EIXO 1 – REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR

Medida 1.4 - Construção de Centros Escolares

Os ensinos básico e secundário devem orientar-se para a qualidade da formação de base para todos. Nesse sentido as propostas de construção de novos equipamentos escolares apontam para a tipologia do Centro Escolar integrando, mais do que um nível de ensino, e, um rumo totalmente diferente para a qualidade da oferta de ensino no concelho

O programa e a organização espacial dos novos equipamentos deverá estar intimamente ligada à noção de adaptabilidade de uso, quer ao nível da comunidade interna - prevendo um elevado grau de flexibilidade no uso dos espaços, através da eliminação, sempre que possível de paredes tradicionais e ausência de mobiliário fixo, através da modulação na concepção do edifício, sistematizando o seu funcionamento estrutural e permitindo futuras ampliações - quer ao nível da comunidade externa - prevendo a utilização da escola por outras entidades fora do horário escolar ou em períodos de férias curriculares (pequenos cursos de verão, actividades desportivas, etc.)

Acção 1.4.1 - Centro Escolar de Paramos

Prioridade 1. Renovar o parque escolar da freguesia de Paramos, concentrando e integrando na rede pública os níveis de ensino básico e pré-escolar. A proposta prevê a criação de 10 salas de aula do Ensino Básico, e 4 de Jardim de Infância, em substituição das 11 e 2 existentes, respectivamente.

Acção 1.4.2 - Centro Escolar de Espinho

Prioridade 1. Renovar o parque escolar da freguesia de Espinho, concentrando e integrando na rede pública os níveis de ensino básico e pré-escolar. A proposta prevê a criação de 12 salas de aula do Ensino Básico e 4 de Jardim de Infância, mantendo (reabilitando) na EB/JI Espinho 2, 10 salas de Ensino Básico e 4 de Jardim de Infância e na EB1/JI de Espinho 3, 10 Salas de Ensino Básico e de 4 Jardins de Infância.

Acção 1.4.3 - Centro Escolar de Anta

Prioridade 2. Renovar o parque escolar da freguesia de Anta, concentrando e integrando na rede pública os níveis de ensino básico e pré-escolar. A proposta prevê a criação de 8 salas de aula do Ensino Básico e 4 salas de Jardim de Infância em substituição das 4 salas de Ensino Básico e das 2 de Jardim de Infância existentes na EB/JI de Esmojães e das 4 salas de Ensino Básico e das 2 de Jardim de Infância existentes na EB/JI de Anta 2.

Acção 1.4.4 - Centro Escolar de Silvalde

Prioridade 3 - a longo prazo. Renovar o parque escolar da freguesia de Silvalde, concentrando e integrando na rede pública os níveis de ensino básico e pré-escolar. A proposta prevê a criação de 8 salas de aula do Ensino Básico, por substituição das salas da EB da Quinta da Seara e EB do Calvário; e de 3 de Jardim de Infância, em substituição das do JI de Quinta da Seara.

Prioridade 3 - a longo prazo. Integrar na EB/JI da Quinta da Marinha as salas de JI e EB da Marinha 1, desactivando esta última.

Acção 1.4.5 - Centro Escolar de Guetim

Prioridade 2. Renovar o parque escolar da freguesia de Guetim, concentrando e integrando na rede pública os níveis de ensino básico e pré escolar. A proposta prevê a criação de 4 salas de aula de Ensino Básico dentro do perímetro do JI de Guetim.

Tabela nº 12
Prioridades da Medida 1.4

Acção	Descrição	Freguesia	Nº de Salas /Alunos	Estimativa de Custo	Prioridade	Data de Execução
1.4.1	Centro Escolar de Paramos	Paramos	4 + 10	4.000.000€	1	2008-2013
1.4.2	Centro Escolar de Espinho	Espinho	4 + 12	6.000.000€	1	2008-2013
1.4.3	Centro Escolar de Anta	Anta	4 + 8	3.000.000€	2	2008-2013
1.4.4	Centro Escolar de Silvalde	Silvalde	3 + 8	3.000.000€	3	2008-2013
1.4.5	Centro Escolar de Guetim	Guetim	4 + 4	2.000.000€	2	2008-2013

Tabela nº 13
Quadro de Áreas

Acção	Descrição	Nº Alunos	Área de Terreno/m2	Recreio/m2	Zona Verde/m2	Zona Desportiva/m2	Área Total m2
1.4.1	Centro Escolar de Paramos	340	7.200	1.700	1.530	1.000	4.230
1.4.2	Centro Escolar de Espinho	488	8.200	2.440	2.196	1.000	5.636
1.4.3	Centro Escolar de Anta	267	6.100	1.335	1.135	1.000	3.470
1.4.4	Centro Escolar de Silvalde	267	6.100	1.335	1.135	1.000	3.470
1.4.5	Centro Escolar de Guetim	186	5.000	1.116	558	1.000	2.674

EIXO 1 – REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR

Medida 1.5 - Reconversão de Edifícios Escolares Existentes

O encerramento de edifícios escolares abrange todos aqueles que devido ao seu estado de conservação, taxa de ocupação, organização e funcionamento não respondem de forma positiva aos objectivos pedagógicos fixados pelo Ministério da Educação.

Propõe-se que alguns destes, em particular o edifício Adães Bermudes, antiga Escola Primária da Feira e outros dos Planos Centenários possam ser valorizados como portadores de memórias locais, sinais de identificação, imagem de uma função social essencial e testemunho de formas e ambientes construídos e com carácter histórico.

Alguns destes edifícios, como por exemplo, a Escola Básica de Espinho 1 possuem uma imagem forte junto das populações que a frequentaram, geração após geração, as quais criaram ligações afectivas e das quais têm memórias.

A preservação destes edifícios reabilitando-os e adaptando-os a novas funcionalidades, como por exemplo, a instalação de uma Universidade Sénior, é sinónimo de respeito pelas gerações passadas e pela continuação de uma função educativa renovada.

As escolas já desactivadas ou a desactivar que serão objecto de estudo neste âmbito são as seguintes:

Acção 1.5.1 - EB1 Espinho 1 - Plano Adães Bermudes (1905)

Acção 1.5.2 - EB1/JI Anta 2²

Acção 1.5.3 - EB1 Idanha - Plano dos Centenários (1956)

Acção 1.5.4 - EB1 Guetim - Plano dos Centenários (1955-1962)

² - a encerrar a médio/longo prazo.

Os equipamentos públicos de ensino têm sido alvo de intervenções sucessivas com o objectivo de assegurar as necessidades básicas de funcionamento relacionadas com a higiene e segurança dos mesmos.

Esse objectivo é contínuo e existem obras de curto e médio prazo necessárias para o correcto funcionamento destes equipamentos. Estas obras foram separadas por tipo de intervenção e objectivam-se em 3 quadros que se anexam.

A tabela nº14, identifica as obras de carácter genérico e de intervenção pontual necessárias nos equipamentos de públicos de ensino. Dentro destas, as principais intervenções são a substituição de coberturas existentes em fibrocimento com amianto, remodelação de casas de banho degradadas, que já não satisfazem as necessárias condições higiene, substituição de caixilharias que, por se encontrarem bastante degradadas, não asseguram a impermeabilização nem o isolamento térmico e acústico adequados dos edifícios, criação de espaços cobertos no recreio e criação de parques infantis nalguns jardins de infância.

A tabela nº15, identifica as obras necessárias comuns a todos os equipamentos públicos de ensino. Essas obras visam a reestruturação completa da rede eléctrica, informática e sinalização de emergência que se encontram completamente desadequadas face às necessidades, segurança e legislação em vigor.

Torna-se também necessário, na medida do possível, promover as alterações necessárias de forma a dar cumprimento ao Dec-Lei 163/2006 de 8 de Agosto – Novo Regime Jurídico das Acessibilidades.

A tabela nº16, contempla as intervenções específicas na Escola EB1/JI Espinho 3 que visam a implementação de quatro novas salas de aula, instalações sanitárias de apoio a essas salas e a ampliação da cantina de forma a permitir o fornecimento de refeições a todas as crianças as Escola. Contempla também a criação de novos acessos na Escola EB1/JI Anta 3 com o objectivo de melhorar as condições de acesso em segurança a este estabelecimento de ensino.

Tabela nº14
Obras de Carácter Genérico e de Intervenção Pontual

Agrupamentos	Escolas	INTERVENÇÕES											Estimativa orçamental		
		Substituição Caixilharia	Substituição Cobertura	Substituição Estores	Pintura interior	Pintura exterior	Reparação de carpintarias	Reparação Recreio	Substituição Vedação	Remodelação dos wc's	Remodelação da cozinha	Criação de Espaços Cobertos em Recreio		Criação de Parque Infantil	Substituir pavimentos
Agrupamento Vertical da Escola Sá Couto	ANTA														
	EB1/JI Anta 1		x		x	x	x	x	x	x		x	x	89.000,00 €	
	EB1/Anta 2		x		x	x	x	x		x		x		55.250,00 €	
	Ji Anta 2	x	x	x			x					x		13.000,00 €	
	EB1/JI Anta 3		x	x								x	x	30.500,00 €	
	EB 1 Idanha														
	EB 1/JI Esmojões														
	ESPINHO														
	EB 1 Espinho 1														
	EB1/JI Espinho 2 ed Norte		x	x	x		x	x		x				51.050,00 €	
	EB1/JI Espinho 2 Pl. Centenários			x	x	x		x					x	x	25.500,00 €
	EB 1/JI Espinho 3			x									x		25.000,00 €
	GUETIM														
Ji Guetim		x		x	x	x					x	x	35.500,00 €		
EB 1 Guetim		x									x		6.500,00 €		
Agrupamento Vertical da Escola Domingos Capela	PARAMOS														
	EB 1 Corredoura	x	x	x	x	x	x			x			x	43.500,00 €	
	EB 1 Bouça											x		3.000,00 €	
	EB 1/JI Lomba	x		x			x			x				25.000,00 €	
	EB1 Monte Pl. Centenário	x		x	x	x	x			x		x		15.700,00 €	
	EB 1 Monte Pré-fabricado		x	x	x	x	x			x				11.000,00 €	
	SILVALDE														
	EB 1/JI Marinha				x	x					x			25.000,00 €	
	EB 1 /JI Quinta da Marinha		x		x	x					x			30.000,00 €	
	EB 1/JI Quinta da Seara		x	x	x		x	x		x	x	x	x	91.500,00 €	
EB 1 Calvário											x		3.000,00 €		

Tabela nº15
Obras comuns a todos os Equipamentos de Ensino

Agrupamentos	Estabelecimentos de Ensino/Freguesias	Intervenções		Adaptação ao Plano de Acessibilidades Dec-Lei 163/2006 de 8 de Agosto	Estimativa orçamental
		Remodelação da Rede Eléctrica	Implementação da Segurança – Simaléctica		
Agrupamento Vertical da Escola Sá Couto	ANTA				
	EB 1/JI Anta 1	X	X	X	35.000,00 €
	EB 1/Anta 2	X	X	X	35.000,00 €
	JI Anta 2	X	X	X	6.500,00 €
	EB 1/JI Anta 3	X	X	X	35.000,00 €
	EB 1 Idanha	-	-	-	
	EB 1/JI Esmojães	X	X	X	10.500,00 €
	ESPINHO				
	EB 1 Espinho 1	-	-	-	
	EB 1/JI Espinho 2 (Norte)	X	X	X	35.000,00 €
	EB 1/JI Espinho 2 (Pl. Centenário)	X	X	X	9.000,00 €
	EB 1/JI Espinho 3	X	X	X	40.000,00 €
	GUETIM				
Jardim Infância de Guetim	X	X	X	14.500,00 €	
EB 1 Guetim	X	X	X	9.500,00 €	
Agrupamento Vertical da Escola Domingos Capela	PARAMOS				
	EB 1 Corredoura 1	X	X	X	16.500,00 €
	EB 1 Bouça	X	X	X	10.500,00 €
	EB 1/JI Lomba	X	X	X	10.500,00 €
	EB 1 Monte - Pl. Centenário	X	X	X	5.500,00 €
	EB 1 Monte - Pré-fabricado	X	X	X	4.000,00 €
	SILVALDE				
	EB 1/JI Marinha	X	X	X	0,00 €
	EB 1/JI Quinta da Marinha	X	X	X	0,00 €
	EB1/JI Quinta da Seara	X	X	X	32.500,00 €
EB 1 Calvário	X	X	X	9.500,00 €	

Tabela nº 16
Obras Específicas

ESCOLA	Descrição genérica	INTERVENÇÕES									Estimativa orçamental
		Demolições	Avenárias	Rede eléctrica, informática e segurança	Revestimentos - Pavimentos e Paredes	Caixilharias e estores	Tectos falsos	Pintura	Pichelaria	Carpintarias	
EB 1/JI Espinho 3	Implementação de 4 novas salas de aula, casas de banho de apoio e ampliação da cantina	X	X	X	X	X	X	X	X	X	35.000,00 €
ESCOLA	Descrição genérica	Demolições de muros	Execução de Passeios	Execução de arruamento interior	Execução de portão de acesso	Execução de Guarita					Estimativa orçamental
EB 1/JI Anta 3	Criação de novo acesso à Escola (Acesso pela Rua da Idanha)	X	X	X	X	X					20.000,00 €

EIXO 1 – REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR

Medida 1.6 - Implementação de Planos de Segurança e Manutenção

A elaboração dos planos de segurança das escolas do concelho de Espinho, nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e ensino básico, consistiu no estudo e análise das condições existentes com vista à preparação e execução dos PEI's - Planos de Emergência Internos para cada edifício escolar, de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 414/98, de 31 de Dezembro e a Portaria 1444/2002, de 7 de Novembro.

Foram realizados e aprovados 23 PEI's – Planos de Emergência Internos, correspondendo 15 Planos ao conjunto de edifícios escolares do Agrupamento Vertical da Escola Sá Couto e 8 Planos ao conjunto de edifícios escolares do Agrupamento Vertical da Escola Domingos Capela.

Agrupamento Vertical da Escola Sá Couto	Agrupamento Vertical da Escola Domingos Capela
<p>ANTA</p> <p>EB 1 /JI Anta 1 EB 1 Anta 2 Jardim de Infância Anta 2 EB 1 /JI Anta 3 EB 1 Esmojães Jardim de Infância Esmojães EB 1 Idanha</p> <p>GUETIM</p> <p>EB 1 Guetim Jardim de Infância de Guetim</p> <p>ESPINHO</p> <p>EB 1 Espinho 1 EB 1 /JI Espinho 2 /Norte EB 1 /JI Espinho 2 /Centro EB 1 /JI Espinho 2 /Sul EB 1 Espinho 3 Jardim de Infância Espinho 3</p>	<p>PARAMOS</p> <p>EB 1 Corredoura 1 (Corredoura) EB 1 Corredoura 2 (Bouça) EB 1 /JI Corredoura 3 (Lomba) EB 1 Corredoura 4 (Monte)</p> <p>SILVALDE</p> <p>EB1/JI Silvaldinho 1 (Quinta da Seara) EB1 Silvaldinho 2 (Calvário) EB 1/JI Marinha 1 (Marinha) EB1/JI Marinha 2 (Quinta da Marinha)</p>

PEI – Plano de Emergência Interno

A execução dos PEI's - Planos de Emergência Internos foi constituída pelas seguintes fases:

FASEAMENTO

1- LEVANTAMENTO

Relatório de Diagnóstico e Caracterização

2- PEI – PLANOS DE EMERGÊNCIA INTERNOS

Aprovação dos PEI'S pelo CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro de Aveiro

3- INSTRUÇÃO, FORMAÇÃO E EXERCÍCIOS DE SEGURANÇA

Os PEI's – Planos de Emergência Internos têm por objectivo a preparação e organização dos meios próprios do estabelecimento de educação e de ensino perante situações de emergência.

VISAM

circunscrever os sinistros

limitar os seus danos

sistematizar a evacuação enquadrada dos ocupantes

facilitar a intervenção dos bombeiros

INCLUEM

informações relativas à organização e segurança

o Plano de Actuação

o Plano de Evacuação

O PEI – Plano de Emergência Interno é um documento que define a organização de meios humanos e materiais para fazer face a qualquer acidente grave com vista à minimização das suas consequências e ao rápido restabelecimento da normalidade.

Instrução, Formação e Exercícios de Segurança

Preparação e formação para a utilização dos procedimentos dos PEI's – Plano de Emergência Internos e equipamentos de 1.ª intervenção, com a formação e instrução do pessoal docente e não docente de cada estabelecimento de ensino. Os exercícios de segurança deverão ser realizados em cada escola de acordo com o previsto na legislação e visam testar a funcionalidade do plano de evacuação.

EIXO 2. PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO E DA QUALIDADE DO ENSINO

A melhoria da qualidade do ensino é indissociável do combate ao abandono e ao insucesso escolar, de molde a que se integrem esforços em vários sentidos, a fim de permitir o desenvolvimento de um espírito de excelência capaz de estimular a qualidade e o sucesso, num processo de compromisso que envolva a comunidade educativa. Avança-se, nesse sentido, com uma série de medidas e de acções, sem âmbito exaustivo mas com a finalidade de nortear as diferentes políticas de intervenção concreta no terreno.

EIXO 2. PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO E DA QUALIDADE DO ENSINO

Medida 2.1 - Combate ao Abandono Escolar

Constituindo-se como um problema prioritário a enfrentar, o abandono é um fenómeno que exige atitudes concertadas, coesas e persistentes, através de uma abordagem em múltiplos domínios.

Acção 2.1.1 - Criar uma plataforma institucional de análise permanente da situação, a partir das dinâmicas existentes (Estabelecimentos de Ensino, Ministério da Educação/CPCJ, Rede Social, Conselho Municipal de Educação), que promova o funcionamento de um sistema de informação, para acompanhamento e avaliação contínua, que leve a cabo campanhas de sensibilização e que impulse medidas articuladas.

Acção 2.1.2 – Estimular, através das instâncias competentes, a implementação de sistemas, nos estabelecimentos de ensino, que permitam o diagnóstico precoce, o acompanhamento de alunos em risco de abandono e a introdução de incentivos ao prosseguimento dos estudos.

Acção 2.1.3 – Estimular a realização, nos estabelecimentos de ensino, de acções de avaliação psicológica dos alunos sinalizados com dificuldades de aprendizagem ou com necessidades educativas de carácter temporário, em risco de abandono escolar, com o intuito de despistar eventuais necessidades educativas especiais e delinear planos educativos adaptados a cada caso.

Acção 2.1.4 – Criar canais de diálogo e de apoio aos projectos concelhios, de educação informal, que actuam no âmbito do fenómeno do abandono (centros comunitários, programas institucionais, outros projectos locais), a fim de concertar esforços e maximizar o impacto dos objectivos perseguidos em cada caso.

Acção 2.1.5 – Incentivar a participação activa das famílias no processo educativo, através de uma aposta generalizada em programas de mediação familiar e competências parentais, potenciando o papel das associações de pais e encarregados de educação como pólos agregadores.

Acção 2.1.6 – Conferir às actividades de apoio ao estudo, através dos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo, um papel relevante de fixação no sistema de ensino e de despiste dos factores de insucesso.

Acção 2.1.7 – Prosseguir esforços no desenvolvimento de políticas de acção social escolar, a fim de proporcionar condições satisfatórias de apoio aos alunos carenciados do 1.º ciclo do básico.

Acção 2.1.8 – Desenvolver iniciativas de informação profissional, orientação e ligação escola-empresa, para que logo no 1.º ciclo se possam ressaltar competências de empregabilidade, consolidando-se desde cedo como um factor de continuidade na escola.

Acção 2.1.9 – Promover, através das entidades competentes, acções de sensibilização e informação junto dos jovens, que realcem as vantagens do aproveitamento escolar, bem como os inconvenientes do abandono, da saída antecipada e da saída precoce dos sistemas de ensino.

EIXO 2. PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO E DA QUALIDADE DO ENSINO

Medida 2.2 – Apoio à Educação Especial

Tendo a Educação Especial um papel relevante como factor de equidade no sistema de ensino, importa congregar as energias levadas a cabo pelas entidades públicas e privadas que detêm esta responsabilidade.

Acção 2.2.1 – Fomentar e intensificar os processos de parcerias locais, rentabilizando os recursos existentes e providenciando um envolvimento activo de todos os actores, na construção de uma realidade regida pelos princípios da igualdade de oportunidades.

Acção 2.2.2 – Induzir a elaboração anual de diagnósticos dos alunos que frequentam o pré-escolar, com o intuito de conhecer as necessidades especiais, possibilitando a criação de planos que garantam a adequação dos apoios educativos aos alunos.

Acção 2.2.3 – Induzir o levantamento dos recursos locais, de modo a identificarem-se hipóteses de projectos pedagógicos específicos, em regime de colaboração, que contribuam para o desenvolvimento pessoal e social das pessoas com necessidades especiais.

Acção 2.2.4 – Estimular a criação de uma equipa multidisciplinar, que integre diferentes saberes e diferentes entidades, capaz de disponibilizar apoios técnicos às escolas, num esquema que reconheça, em pleno, a importância da Cerciespinho, como pólo dinamizador e centro que detém inegáveis conhecimentos especializados.

EIXO 2. PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO E DA QUALIDADE DO ENSINO

Medida 2.3 – Melhoria das Condições de Ensino

A promoção do sucesso escolar assenta no entendimento de que é fundamental apostar no processo substantivo de aprendizagem, inculcando-lhe maior eficácia, ao mesmo tempo que se operem transformações nos domínios instrumentais, como base de apoio ao sistema, designadamente em matéria de transportes escolares e da componente de apoio à família.

Acção 2.3.1 – Apoiar os processos de auto-avaliação de cada escola, promovendo o intercâmbio de experiências e a cooperação de esforços para ultrapassar e dissipar dificuldades e problemas.

Acção 2.3.2 – Aprofundar o desenvolvimento de programas de formação, a cargo das instâncias competentes, que envolvam os professores, o pessoal não docente, bem como os pais e encarregados de educação.

Acção 2.3.3 – Concepção e implementação, em parceria com os respectivos conselhos executivos, de um sistema de incentivos ao sucesso individual nos três ciclos do ensino básico.

Acção 2.3.4 – Desenvolvimento de um programa especial de apoio ao aproveitamento escolar no 1.º ciclo, com particular ênfase em disciplinas nucleares, como o Português e a Matemática.

Acção 2.3.5 – Implementação de programas de incentivo à leitura, com início na educação pré-escolar e aprofundamento gradual ao longo do ensino básico.

Acção 2.3.6 – Diversificação consistente das actividades de enriquecimento curricular, de molde a proporcionar o desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais dos alunos, numa perspectiva interdisciplinar e de permanente inserção social.

Acção 2.3.7 – Intensificar a utilização da informática no pré-escolar e no 1.º ciclo, bem como a utilização de novas tecnologias como instrumentos pedagógicos.

Acção 2.3.8 – Estimular o incremento de experiências no âmbito da componente de apoio à família no 1.º ciclo, com o envolvimento activo das associações de pais e de encarregados de educação, testando-se diferentes tipos de parcerias, nomeadamente com instituições particulares de solidariedade social.

Acção 2.3.9 – Assegurar a qualidade e o grau de abrangência do sistema de fornecimento de refeições para os alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo.

Acção 2.3.10 – Reformular o circuito de transportes, de acordo com o modelo de remodelação da rede escolar, modernizando a frota automóvel em função das necessidades e de evidentes preocupações de qualidade ambiental.

EIXO 2. PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO E DA QUALIDADE DO ENSINO

Medida 2.4 – Enriquecimento dos Projectos Educativos

A promoção do sucesso educativo e da qualidade do ensino serão induzidas com maior amplitude, caso se potenciem para a comunidade os projectos educativos de cada escola, se consolidem projectos temáticos da responsabilidade de outras entidades, e se estabeleça uma maior ligação ao meio escolar de uma série de actividades levadas a cabo pelo município ou pelo movimento associativo.

Acção 2.4.1 – Interacção com os projectos educativos de cada escola, de modo a que estes adquiram outra capacidade de envolvimento e de afirmação na comunidade educativa.

Acção 2.4.2 – Conjugação de sinergias com as associações de pais e encarregados de educação, a fim de conferir maior impacto aos programas que estas realizam e de valorizar o papel da família na educação das crianças e jovens.

Acção 2.4.3 – Interacção com a Polícia de Segurança Pública e a comunidade educativa, no sentido de contribuir para a prossecução dos objectivos do Programa Escola Segura, garantindo as efectivas condições de segurança e a adopção dos comportamentos preventivos mais adequados.

Acção 2.4.4 – Interacção com o Centro de Saúde de Espinho e entidades locais, no sentido de garantir a prossecução dos objectivos traçados pelos programas de saúde oral, e de educação para a saúde destinados a crianças e adolescentes (Projecto ICAS e Projecto Crescer).

Acção 2.4.5 – Promoção da ocupação dos tempos livres dos jovens, através de programas que permitam a sedimentação de hábitos de voluntariado e participação cívica, a prevenção de comportamentos de risco e o contacto experimental com actividades profissionais.

Acção 2.4.6 – Desenvolvimento de projectos que incrementem a prevenção e o aprofundamento de conhecimentos e competências em matéria de Educação Ambiental, criando novos desafios pedagógicos.

Acção 2.4.7 – Divulgar e incentivar o estudo da História Local junto da comunidade escolar, através de acções de sensibilização e de formação pedagógica, potenciando as possibilidades do arquivo histórico, dos acervos documentais e da estação arqueológica do Castro de Ovil.

Acção 2.4.8 – Estimular a participação dos jovens em programas direccionados para a realização de iniciativas nos variados domínios das expressões artísticas, através do movimento associativo organizado ou de iniciativas informais.

Acção 2.4.9 – Contribuir para melhorar a oferta de momentos lúdico-educativos nas escolas e na família, bem como para incentivar a formação cultural e estética de públicos diferenciados.

Acção 2.4.10 – Desenvolver as hipóteses oferecidas pelo movimento associativo local de índole desportiva, num leque de considerável amplitude eclética, como centros de formação e de desenvolvimento individual das crianças e jovens.

Acção 2.4.11 – Potenciar as múltiplas capacidades educativas do Centro Multimeios, nomeadamente no campo da astronomia, servindo as especificidades dos diferentes níveis de ensino.

Acção 2.4.12 – Induzir, junto da população escolar, o poder apelativo de eventos como o Festival Internacional de Música de Espinho (FIME), a programação regular do auditório da Academia de Música, o Festival Internacional de Cinema de Animação (CINANIMA).

EIXO 3. PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

A aprendizagem ao longo da vida assume um papel decisivo como meio de qualificação de recursos humanos num contexto de desenvolvimento social e económico sustentado, além de se constituir como veículo de valorização pessoal. Estamos perante um conceito amplo, que integra a vertente institucionalizada, a cargo do ensino público e das escolas profissionais, a formação contínua promovida por múltiplos agentes públicos e privados, bem como todo um processo de base informal, que se estende desde a idade pré-escolar até depois da aposentação. Assim, os esforços a levar a cabo no âmbito deste eixo de intervenção têm, forçosamente, um carácter enriquecedor e agregador.

EIXO 3. PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Medida 3.1 – Articulação das energias formativas

A actividade levada a cabo pelos estabelecimentos de ensino público, através dos cursos de educação-formação e dos cursos profissionais, está a ser, no plano nacional, intensificada e diversificada, tendo como metas principais aumentar as qualificações para inserção no mercado de trabalho e combater o abandono e o insucesso escolar. Cruzam-se, neste processo, os contributos das escolas profissionais e dos vários centros formativos, orientados para conferir valências específicas.

Acção 3.1.1 – Conferir ao Conselho Municipal de Educação capacidade para funcionar como plataforma de articulação, especialmente com a Rede Social, no sentido de verificar em cada momento e numa óptica prospectiva as necessidades de formação do concelho, bem como colaborar com as escolas e os demais agentes na definição e proposta de novos conteúdos formativos.

Acção 3.1.2 – Apoiar o funcionamento, a nível do concelho, de redes de comunicação e de cooperação entre escolas, agentes formativos, centro de emprego e tecido empresarial.

Acção 3.1.3 – Levar a cabo um amplo processo de divulgação das oportunidades de formação existentes, com particular acuidade junto dos jovens e das famílias.

Acção 3.1.4 – Apoiar, com informação actualizada, os processos de orientação profissional dos jovens nas diferentes escolas do ensino básico e secundário.

Acção 3.1.5 – Reconhecer os centros de formação das Instituições privadas de solidariedade social (IPSS), associações e outras entidades privadas, enquanto recursos locais do sistema educativo, e promover acções coesas com base nos princípios de parceria e de participação.

Acção 3.1.6 – Induzir, junto dos promotores de formação contínua, uma postura pedagógica adequada às exigências do QREN, que vise qualificar efectivamente os formandos com valências profissionais concretas, ajustadas às necessidades do mercado e aos imperativos ditados pelo processo de desenvolvimento socio-económico do concelho.

Acção 3.1.7 – Reiterar, junto das instâncias competentes, as necessidades das escolas dos ensinos básico e secundário em serem dotadas de condições e meios adequados aos

requisitos impostos pelas componentes teórica e prática dos cursos ministrados no âmbito das novas ofertas educativas.

Acção 3.1.8 – Dinamizar as aulas de ensino recorrente, em curso nas escolas do ensino básico, assegurando a rede nocturna de transportes e estimulando a criação de uma equipa de apoio para assegurar um maior acompanhamento dos alunos, principalmente dos que sentem maiores dificuldades de adaptação.

Acção 3.1.9 – Estimular a troca de experiências de sucesso e a adopção de processos práticos capazes de avaliarem os resultados da formação, designadamente quanto ao aproveitamento dos formandos, à prossecução dos objectivos iniciais e às exigências do mercado de trabalho.

EIXO 3. PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Medida 3.2 – Enriquecimento das Práticas de Aprendizagem

Englobando os conceitos de formação e de educação, a aprendizagem é um processo vasto, que incide nos diversos escalões etários da população e assume figurinos tradicionais, de claro formalismo, tal como pode enveredar por modelos pouco usuais e com notória informalidade, contribuindo para a melhoria de conhecimentos e para o aperfeiçoamento de competências, numa perspectiva de valorização individual e colectiva.

Acção 3.2.1 – Reconhecer o papel relevante desempenhado pelas IPSS, centros comunitários e entidades privadas na educação informal das crianças, antes e durante a idade escolar, promovendo acções de maior envolvimento na comunidade educativa e projectos de parceria que reforcem a eficácia da sua acção no terreno.

Acção 3.2.2 – Utilizar os recursos de pré-profissionalização, despiste e orientação vocacional dos centros de formação das IPSS, enquanto complemento ao currículo escolar do sistema educativo público.

Acção 3.2.3 – Incentivar a cooperação entre entidades, de molde a criarem-se capacidades multidisciplinares de suporte à escolarização e à qualificação dos formandos, com o objectivo de se colmatarem lacunas nas respectivas vidas pessoais que possam obstar a percursos educativos e profissionais bem sucedidos.

Acção 3.2.4 – Utilizar as potencialidades dos CRVCC existentes no concelho que, ao associarem à experiência de vida a melhoria de qualificações, se constituem como factores de valorização pessoal e social indispensáveis a uma cabal inserção na comunidade.

Acção 3.2.5 – Reconhecer o papel relevante das experiências de educação informal, em faixas etárias que atingiram a aposentação, dignificando o papel de enriquecimento pessoal e cívico que representam para uma parcela significativa da população.

Acção 3.2.6 – Induzir os efeitos decorrentes da actividade das escolas profissionais privadas, potenciando a oferta existente e diversificando-a para outros planos, de modo a que se multipliquem os seus benefícios em termos de qualificação dos recursos humanos utilizáveis no sector terciário, no turismo e na produção cultural.

Acção 3.2.7 – Aumentar as oportunidades para outros patamares, através de parcerias que possibilitem a oferta de modalidades complementares em graus superiores de ensino.

Acção 3.2.8 – Melhorar a informação direccionada para divulgar a oferta formativa e para promover uma ampla cultura de aprendizagem ao longo da vida, que favoreça o aumento dos níveis de escolarização e de qualificação locais.

EIXO 4. MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA

A Carta Educativa do Concelho de Espinho constitui um documento estratégico elaborado para um período de dez anos, ao longo do qual se pretende alcançar os objectivos propostos, sendo susceptível de revisão ao fim de cinco anos. Enquanto instrumento de um processo de planeamento mais vasto, à semelhança do que acontece com o Plano Director Municipal – PDM -, está sujeita a um aprofundamento sucessivo e a uma actualização permanente, na sequência da sua monitorização.

A monitorização é o procedimento que permite acompanhar e controlar o processo de intervenção e identificar eventuais desvios face ao que foi previsto num momento inicial, através da utilização de um sistema de registo. Permite conferir dinâmica ao processo de reflexão e um ajustamento contínuo da Carta Educativa, visando aferir a eficácia das propostas formuladas, de forma a permitir a detecção precoce de eventuais desajustamentos e atempadamente configurar soluções adequadas". Consiste assim, numa

avaliação permanente da eficácia e da eficiência da rede escolar, e na minimização dos possíveis impactos negativos resultantes do seu funcionamento.

“ A Carta Educativa é sempre um processo inacabado, na medida em que tem que se adequar à realidade que evolui constantemente em função de dinâmicas demográficas, sócio-económicas, de alterações da política educativa e do desenvolvimento local”. - Manual para a Elaboração da Carta Educativa, 2000.

Fases do Processo de Monitorização

No processo de monitorização podem distinguir-se três fases de concretização: recolha, organização e disponibilização da informação; criação de modelos de transformação da informação em instrumentos de acção; avaliação dos resultados.

- Recolha, organização e disponibilização da informação

A informação será recolhida (junto dos Estabelecimentos de Ensino e Formação, do Ministério da Educação, do INE, e dos diferentes Serviços do Município, etc), tratada e organizada numa Base de Dados, entretanto criada durante o processo de elaboração da Carta Educativa, de forma a permitir uma fácil consulta e constante actualização. Esta irá conter uma ficha individual de sistematização para cada estabelecimento escolar com informações relativas à população escolar, recursos humanos e recursos físicos e/ou tecnológicos.

A alimentação e gestão da Base de Dados deverá estar centralizada na autarquia, com a afectação de técnicos, aos quais será atribuída a responsabilidade de proceder de forma sistemática à recolha e tratamento da informação, considerada relevante.

No que respeita a meios técnicos, nesta fase do processo de monitorização, a utilização do Sistema de Informação Geográfica (SIG), representa um valioso contributo para a sistematização, actualização e disponibilização da informação aos vários intervenientes no processo, utilizando várias formas plataformas disponíveis.

O Relatório de Caracterização da Carta Educativa disponibilizou e tratou informação relevante na área da educação, a qual deverá ser objecto de actualização anual, designadamente os seguintes aspectos:

- Evolução da população pré-escolar e escolar (1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico), por anos de escolaridade, estabelecimentos de ensino e freguesia.
- Evolução dos alunos no ensino secundário, atendendo a que a escolaridade obrigatória de 12 anos a concretizar-se, trará algumas alterações aos estabelecimentos que ministram estes níveis de ensino.
- Evolução do ensino profissional tendo em atenção que a iniciativa -“Novas Oportunidades” -, para além de ter como objectivo alargar a escolaridade obrigatória para além do 3º ciclo, pretende também qualificar e requalificar as competências profissionais da população. Neste sentido deverá existir uma estreita cooperação com as entidades tuteladas pelo Ministério da Educação (Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP; Centros de Formação Profissional), para além dos estabelecimentos de ensino regulares.
- Evolução das taxas de escolarização e de cobertura.
- Insucesso e abandono escolar – Proceder à análise dos indicadores de abandono e insucesso escolar;
- Rede de educação especial – Evolução das crianças e alunos com NEE, a sua distribuição pelos vários níveis de ensino, bem como a determinação do tipo de deficiência, com vista a avaliar as reais necessidades desta população, e a sua plena integração no sistema de ensino, face às condições físicas dos estabelecimentos de ensino.
- Indicadores da acção social escolar;
- Caracterização do pessoal docente não docente, por nível de ensino;
- Caracterização das instalações do pré-escolar e instalações do 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário e respectivas taxas de ocupação;
- Análise da segurança existente nos estabelecimentos de educação e ensino.

Tendo por base a estruturação de uma sociedade de conhecimento, com um perfil cada vez mais tecnológico, a criação de um Portal de Educação, que funcione como uma plataforma de conhecimento, de divulgação de informação e de interacção dos diversos agentes de educação/formação envolvidos, poderá assumir-se como um factor estratégico na gestão da área da educação e em particular da Carta Educativa.

Com a criação do Portal de Educação pretende-se divulgar a toda a comunidade a Carta Educativa, recolher sugestões/informações que possam ser úteis ao processo de avaliação/monitorização, tornando-o participado e interactivo. Fomentar o contributo activo dos vários parceiros envolvidos nomeadamente na divulgação da oferta formativa

(por parte dos estabelecimentos de ensino/formação) e simultaneamente estreitar a relação dos diversos parceiros educativos, formativos e empresariais com a Câmara.

Pretende-se ainda potenciar as sinergias entre o tecido empresarial e o universo formativo, contribuindo para um melhor ajustamento entre as áreas de formação e as reais necessidades de emprego no concelho.

- Criação de modelos de transformação da informação em instrumentos de acção

A informação recolhida deverá ser analisada e reflectida, para que dela resultem conclusões, estabelecimentos de prioridades e decisões de intervenção.

A observação, o acompanhamento das dinâmicas implicadas no processo e a verificação do modo como elas se estão a reflectir no terreno, poderá fornecer indicações importantes à monitorização e à reformulação de objectivos, sempre que estivermos perante desvios significativos que possam comprometer as objectivos predefinidos.

A utilização da ferramenta (SIG), representa igualmente nesta fase um importante instrumento de suporte à tomada de decisão, à operacionalidade do processo da Carta Educativa e à sua própria articulação com o PDM e Planos Municipais de Ordenamento de Território - PMOT.

Assim, no fim do ano lectivo deverá ser feita a actualização da informação e a avaliação dos resultados obtidos até ao momento, tendo em atenção, por um lado, a detecção de desvios face ao inicialmente definido e por outro lado, e analisar o grau de evolução já alcançado, atendendo aos resultados finais pretendidos.

- Avaliação dos resultados

A monitorização/avaliação da Carta Educativa deve ser um processo da responsabilidade de uma estrutura que possua uma visão global e integrada da realidade local, em matéria de educação, fruto de uma ampla discussão por parte de todos os actores envolvidos.

A avaliação dos resultados deverá ser feita no final de cada ano lectivo, através da elaboração de um Relatório, que deverá ser sujeito a parecer do Conselho Municipal de Educação, e objecto de apreciação das instâncias competentes.

FICHA TÉCNICA

A Carta Educativa foi elaborada por uma equipa interna, cruzando a experiência acumulada pelos serviços da Câmara Municipal, em termos de planeamento e gestão, com o trabalho levado a cabo no âmbito da Rede Social de Espinho. Os adequados mecanismos de supervisão, coordenação e articulação interna, foram assegurados pelo Vereador com competências no domínio da Educação. O processo foi acompanhado, regularmente, pelo Conselho Municipal de Educação.

Equipa Pluridisciplinar

- Álvaro Duarte (Engenheiro Civil)
- Amílcar Vinagre (Técnico Superior de Planeamento)
- Anabela Lourenço (Psicóloga)
- Carlos Sárria (Arquitecto)
- Fernanda Pinto Amorim (Técnica Superior de Planeamento)
- João Paulo Júnior (Arquitecto)
- Mariana Costa (Socióloga)
- Paula Pires (Socióloga)

Supervisão e Coordenação

- Carlos Morais Gaio (Economista)

